

**ST 20 – MUNDOS ANTIGOS: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E
RECEPÇÃO**

Representação dos sete deuses (*sebittu*) no período Neo-Assírio

Representation of the seven gods (*sebittu*) in Neo-Assyria

Ana Carolina Reolão Stobbe¹

Introdução

A arte é uma das formas de ver o passado, utilizando as lentes de quem nele viveu. Os selos-cilindros mesopotâmicos portavam significados, sendo passados de pai para filho (CHARPIN, 1990, p. 62), eram símbolos de poder, de autoridade e status social. Além disso, eles também tiveram um importante papel econômico e administrativo, tendo sido utilizados para atestar autenticidade a partir da segunda metade do IV milênio AEC, e demonstravam a influência e a difusão de diferentes culturas no antigo Oriente Próximo (PITTMAN, 2006, p. 1589).

No período Neo-Assírio (911-612 AEC), um dos elementos que se destaca é a representação dos sete deuses, também chamados *sebittu*, em cenas de apresentação. Para compreender as motivações da escolha desse simbolismo, foram analisados cinco selos do catálogo do site “*Sceaux et empreintes de sceau du Proche-Orient ancien*” (SESPOA), sendo eles catalogados sob os códigos P476321, P476322, P476323, P476324 e P476325.

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Contato: acrstobbe@gmail.com.

Para realizar esse estudo, foi utilizada a metodologia proposta por Erwin Panofsky (1995, p. 19), que consiste em realizar uma descrição pré-iconográfica, seguida de uma análise iconográfica e, por fim, a interpretação iconológica.

Elementos associados aos sete deuses

Os sete (*sebittu*) eram um grupo de deuses beneficentes cujo poder poderia ser utilizado contra demônios maléficos por meio de encantamentos mágicos (BLACK, ; GREEN, 1998, p. 162). Eles foram representados de três formas no período neo-assírio: em figuras antropomorfas; através de sete estrelas ou com sete pontos. A última é a utilizada nos cinco selos analisados.

Dentre os elementos associados a eles nos selos-cilindros estão outras divindades de maior e menor importância no panteão mesopotâmico. Dentre elas destaca-se, principalmente, Ishtar, que apenas não está presente em um dos selos analisados. Ela era a mais importante deidade de todos os tempos mesopotâmicos e era considerada deusa da guerra, do amor, do sexo e do amanhecer. Alguns a relacionam à prostituição, embora não exista um consenso em relação a isso (BLACK.; GREEN, 1998, p. 109). Nos selos, às vezes ela aparece utilizando seus atributos de guerra.

Outras divindades representadas são os deuses Lamma e Lahmu, ambos relacionados à proteção, sendo que a primeira comumente faz parte de cenas de apresentação como as analisadas; Enki, deus do oceano subterrâneo de água doce (*AB.ZU*), associado à sabedoria, à magia e aos encantamentos; Addad, deus das chuvas e tempestades; e faltam elementos para uma identificação completa, mas a

outra deidade pode ser Shamash, deus do sol, ou Ninurta, associado à guerra e à agricultura.

A lua crescente era comumente representada em selos-cilindros de diferentes períodos e está presente em todos os cinco que fizeram parte do estudo. Provavelmente acreditava-se que esse símbolo tivesse um poder protetivo mágico (BLACK.; GREEN, 1998, p. 54). No período neo-assírio, está muitas vezes associada ao deus da lua Sîn. Embora essa associação não esteja evidente na representação artística dos selos selecionados, é importante levá-la em consideração, visto que, possivelmente, era algo que estava no imaginário mesopotâmico da época estudada.

Animais fantásticos também fazem parte das cenas, dentre eles, o homem-escorpião (Girtabluttû), representado em dois selos. No período neo-assírio ele era considerado um poderoso protetor contra demônios (BLACK.; GREEN, 1998, p. 161).

Embora os selos-cilindros estejam associados às tabuletas de argila e ao cuneiforme, dentro do recorte analisado apenas um dos selos possuía escrita, com a seguinte inscrição:

1. NA₄.KIŠIB m[aš]+šur-UMUN-PAB
2. LÚ.SAG šá^{md}DU-KAM
3. LÚ.šá-kin₃ra-ša-p[a]

A sua tradução sugerida é “Vedação do cilindro de Aššur-bēlu-ušur, o [eunuco de] Nergal-ēreš, governador da terra Rašappa”. Sabendo o significado da inscrição, é possível perceber a força de status dos selos-cilindros. Esse em questão, pertencia a Aššur-bēlu-ušur, que, como mencionado no texto, seria um governador em Rašappa,

uma região de localização incerta. Nergal-ēreš provavelmente era um superior de Aššur-bēlu-ušur, visto que a inscrição o coloca em relação de submissão a ele.

Conclusão

Apesar da relevância da escrita associada aos motivos gravados nos selos-cilindros ser importante para atestar autenticidade, nas cenas de apresentação neo-assírias em que estão representados através de pontos os sete deuses (*sebittu*), as inscrições eram raras.

Além disso, a representação dos sete ao lado dos deuses Lahmu e Lahma, dos homens-escorpiões e da lua crescente, indicam uma grande preocupação com a proteção contra demônios. O que leva a crer que os selos-cilindros, mais do que objetos úteis para questões econômicas e administrativas, eram vistos como elementos divinos, que poderiam possuir poderes mágicos protetores.

Referências

- ENZEL, K. [et al]. *Art of the Ancient Near East: A Resource for Educators*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2010.
- BLACK, J.; GREEN, A. *Gods, Demons and Symbols of Ancient Mesopotamia*. London: British Museum Press, 1998.
- LEICK, Gwendolyn. *A Dictionary of Ancient Near Eastern Mythology*. London: Routledge, 1991.
- MATTHEWS, D. *Principles of Composition in the Near Eastern Glyptic of the Later Second Millenium B.C.*, 1990.
- PANOFSKY, Erwin. *O significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

TOYRAANVUORI, J. Weapons of the Storm God in the Ancient Near Eastern and Biblical Traditions. *Studia Orientalia Electronica*, n. 112, 147-180.

Ensino de História da Antiguidade: a Mesopotâmia através de A Epopeia de Gilgamesh

Teaching Ancient History: Mesopotamia through The Epic of Gilgamesh

Amanda da Silva Menger¹

Andrea do Roccio Souto²

Literatura e História

A relação entre a Literatura e a História não é algo novo. Desde a Antiguidade, as discussões sobre a distinção entre a realidade e a ficção são tema de discussões. Para o filósofo grego Aristóteles (2010, p. 17-18): “O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso [...]. Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido”. E é exatamente pela Literatura possibilitar que a imaginação voe sobre os fatos históricos que este artigo tem como objetivo principal apresentar o projeto *História nas histórias*³, realizado pela EMEF Senador Salgado Filho, em

1 Amanda da Silva Menger – possui graduação em Jornalismo e em História, mestrado em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), formanda em Letras Língua Portuguesa/Literatura (UFSM) e doutoranda em História (UCS). E-mail: amandamenger@gmail.com.

2 Andrea do Roccio Souto - possui graduação em Letras pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), mestrado e doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: andrea.doroccio@gmail.com.

3 O projeto *História nas histórias* é realizado conjuntamente pelas professoras Amanda Menger, docente de História, e Rosane Roloff, de Língua Portuguesa. Os livros trabalhados são escolhidos em

Gramado/RS, e que consiste em uma proposta de trabalho interdisciplinar entre Língua Portuguesa e História nos anos finais do Ensino Fundamental.

Desde os anos 1980, o ensino de História tem passado por mudanças. O principal objetivo, como observa Circe Bittencourt (1997), é desmistificar a ideia da disciplina como uma sucessão de datas, fatos e nomes de personagens históricos. Dessa forma, muitas metodologias e técnicas têm surgido, propondo também a utilização de recursos didáticos variados como música, jogos, audiovisual, tecnologias da informação ou ainda as histórias em quadrinhos e a Literatura em si.

Cristiane Soares (2011) aponta que a ampliação dos recursos didáticos no ensino de História é um reflexo do tratamento que os historiadores, influenciados pela Escola dos *Annales*, passaram a dar para as fontes históricas. Isso significou um aumento do tipo e, por consequência, da forma como as fontes passaram a ser trabalhadas. Entre os elementos que vieram a ser considerados como fontes ao longo do século XX estão os textos literários.

A escolha pela Literatura se deve às possibilidades que essa área do conhecimento propicia, tal como observa Soares (2011, p. 798): “Usando o livro didático e os textos literários, podemos confrontar visões distintas, levando o aluno a construir seu conhecimento histórico”. Beatriz Zechlinski (2003) lembra que a Literatura, como fonte histórica e também como recurso pedagógico nas aulas de História, levanta uma série de problemáticas teóricas, como a diferença entre fato e

consenso, desde que a temática seja ligada à História. Já as produções textuais realizadas pelos alunos têm relação com o gênero textual que está sendo trabalhado em Língua Portuguesa.

ficção, ciência e arte, verdade e invenção, o que enriquece o trabalho pedagógico. Outro ponto salientado por Zechlinski (2003) é que o trabalho com literatura possibilita um olhar de alteridade, o que se relaciona com eixos temáticos propostos pela Base Nacional Comum Curricular, a BNCC (BRASIL, 2017) para o estudo de História.

Letramento Literário

As atividades realizadas no projeto *Histórias nas histórias*, na EMEF Senador Salgado Filho, em Gramado/RS, têm como base teórico-metodológica a proposta de Letramento Literário de Rildo Cosson (2020). De acordo com o autor, a ideia de letramento vem do termo em inglês *literacy*, que seria um domínio do ler e escrever aplicado às práticas sociais. Dessa forma, o letramento literário seria mais do que a simples decodificação das palavras, indo igualmente além da compreensão do sentido semiológico e semiótico das palavras. É fazer a leitura e compreensão do mundo a partir da Literatura, dado que “Literatura é uma experiência. A possibilidade de ser e do ser o outro sem me autonegar, possibilidade de romper o tempo-espaço, interiorização de algo pela ficção e não pela verdade não-ficcional” (COSSON, 2020, p. 17).

A proposta de Letramento Literário trazida por Cosson (2020) pode ser colocada em prática através de duas formas: a sequência básica e a expandida. Para efeitos deste artigo, ater-nos-emos ao primeiro modo, o básico, pois ele também é o mais recomendado pelo autor para ser utilizado com os alunos do Ensino Fundamental. Segundo Cosson (2020), a sequência básica é composta por quatro

etapas: motivação, introdução, leitura e interpretação. A motivação é a antecipação do que será abordado no texto a ser lido. A introdução constitui na apresentação do autor, da obra e também do motivo pelo qual o professor escolheu aquele texto. A leitura, como o próprio nome indica, equivale à leitura em si. Já a interpretação é dividida em dois momentos: o primeiro é considerado interior, sendo uma forma de apreensão geral da obra, imediatamente realizada após a leitura. O segundo momento é a materialização da interpretação, que corresponde a produção de uma resenha, de desenhos, de dramatização, entre outras atividades.

Um olhar para a Epopeia de Gilgamesh

A experiência relatada utiliza como texto uma versão infanto-juvenil adaptada do poema épico sobre Gilgamesh. De acordo com Zilberman (1998), *A Epopeia de Gilgamesh* é considerada o texto literário mais antigo do mundo, sendo escrito por volta do segundo milênio antes da Era Comum. O texto seria mais antigo que os poemas gregos de Homero, a *Ilíada* e a *Odisseia*, bem como os do Antigo Testamento. Os textos gregos, observa Zilberman (1998), datam dos séculos VIII a VII antes da Era Comum, ao passo que os do Antigo Testamento, em sua forma mais completa, seriam do século V antes da Era Comum.

A versão mais conhecida d'*A Epopeia de Gilgamesh* é do século XIII antes da Era Comum, atribuída ao escriba Sin-léqi-unninni (2020). As tábuas de argila com a escrita cuneiforme onde foi escrito o poema só vieram a ser encontradas em meados do século XIX, após arqueólogos localizarem as ruínas da antiga Biblioteca de Nínive, construída por volta de século VII antes da Era Comum (REDE, 2017). As tábuas de

argila traziam partes do texto atribuído a Sin-léqi-unníni (2020). Foram localizadas 12 tábuas, cada uma com cerca de 300 versos. De acordo com Zilberman (1998), as primeiras traduções completas das 12 tábuas encontradas em 1850 foram publicadas entre 1928 e 1930.

Além da importância histórica, há outros motivos que tornam *A Epopeia de Gilgamesh* atraente para ser trabalhada em sala de aula como as informações contextuais sobre a cultura dos povos da Mesopotâmia, a religião, a construção das cidades e a forma de governo, além da intertextualidade com os textos bíblicos do Antigo Testamento, especialmente os que tratam da criação dos seres humanos e do dilúvio. Exatamente esses aspectos podem ser utilizados para relacionar o texto literário aos conhecimentos históricos em uma proposta de trabalho interdisciplinar de Literatura e História, como a apresentada a seguir.

O projeto *História nas histórias* teve início em 2018 e é realizado pelas disciplinas de História e Língua Portuguesa da EMEF Senador Salgado Filho, em Gramado/RS, com três turmas de 6º anos, totalizando 51 alunos, no ano de 2018. Para realizar a atividade, foram usados os livros *A vingança de Ishtar* e *A última aventura de Gilgamesh*, de Ludmila Zeman (2005), segundo e terceiro volumes de uma trilogia que reconta a história do rei de Uruk. O primeiro livro, *O rei Gilgamesh* não foi usado por estar esgotado na editora. Embora se trate de uma trilogia, cada volume pode ser lido autonomamente, sem prejuízo de compreensão, na medida em que cada segmento é estruturado com começo, meio e fim dentro da história como um todo. A atividade foi realizada em junho de 2018, sendo dedicadas seis aulas (50

minutos cada) em cada turma. A escolha do livro e o período de realização do trabalho se devem aos conteúdos programáticos da disciplina de História (PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2016).

Pela sequência básica de Letramento Literário (COSSON, 2020), são realizados primeiro a motivação e a introdução. Para ambas as etapas, utilizou-se uma hora/aula com cada turma. Como motivação, houve uma discussão com os alunos sobre o que era um herói, suas características físicas e de personalidade, bem como sobre os super-heróis. A introdução foi realizada na sequência. Para isso, a professora leu para os alunos a última página do segundo volume da coleção, pois, nela, Zeman (2005) faz uma contextualização sobre *A Epopeia de Gilgamesh* ao longo da História, bem como sobre a importância histórica do poema, visto que aos sumérios é atribuída a criação da escrita. Os alunos se mostraram empolgados com as informações sobre um rei que pode ter existido e que teria vivido muitas aventuras.

A terceira etapa é a da leitura propriamente dita, para a qual foram dedicadas duas aulas. Como não havia exemplares para os alunos, a leitura foi feita como uma hora do conto. A leitura de cada volume levou cerca de 30 minutos. Entre uma leitura e outra, os alunos puderam folhear os livros para apreciar as ilustrações. Na sequência, os alunos foram convidados a recontar, oralmente, a história, usando suas próprias palavras e destacando o que mais lhes havia chamado a atenção.

Após a leitura, os alunos retornaram às suas classes e fizeram apontamentos em seus cadernos sobre suas passagens preferidas. Ainda durante o debate sobre a história, alguns alunos identificaram trechos de *A Epopeia de Gilgamesh* em comuns

a outros textos por eles conhecidos, identificando aspectos de intertextualidade, como é o caso do dilúvio e da arca de Noé, constantes no Antigo Testamento das Bíblias Cristãs e da Torá Judaica. Nesse sentido, foi conversado com os alunos sobre o conceito de intertextualidade e que essa semelhança pode ser atribuída a diversos fatores como trocas culturais e comerciais, uma vez que o poema era declamado durante feiras e em locais públicos nas comemorações do ano-novo mesopotâmico como observa Brandão (SIN-LÉQUI-UNÍNINI, 2020) nas notas do tradutor, bem como a observação de que muitos povos que viviam próximos a grandes cursos d'água, na Antiguidade, possuíam lendas e/ou mitos sobre enchentes e dilúvios.

Para realizar a interpretação, os alunos se reuniram em grupos e elaboraram uma história em quadrinhos. Eles poderiam recontar a história de Gilgamesh, poderiam adaptá-la para os dias de hoje ou, ainda, criar uma nova história com os personagens citados nos livros. Para esta parte do trabalho foram dedicadas três aulas. A tarefa foi avaliada pela professora e devolvida em outra aula. Os trabalhos circularam pela sala para que todos pudessem ler o que foi produzido pelos colegas. Em seguida, as histórias em quadrinho elaboradas foram expostas no mural da própria sala de aula por um período de 10 dias, quando, então, foram devolvidos aos autores. A atividade foi ainda divulgada nas redes sociais e no blog da escola.

Nem todos os trabalhos cumpriram o solicitado. Muitos grupos tiveram dificuldades em entender o gênero textual histórias em quadrinho, apesar de serem leitores desse tipo de produção e mesmo tendo havido a revisão de suas principais características. Em alguns casos, os alunos apresentaram um texto em prosa,

narrativo, com alguns desenhos. Essa dificuldade mostra que é necessário um trabalho anterior em relação ao gênero textual que se pretende utilizar em caso de solicitação de uma produção textual, o que mostra a importância de um trabalho interdisciplinar, especialmente com Língua Portuguesa.

Considerações Fiais

A experiência relatada neste artigo foi a primeira ação do projeto *História nas histórias*. Exatamente por ter sido a primeira sequência didática realizada de forma interdisciplinar entre Língua Portuguesa e História, alguns pontos chamaram a atenção e trouxeram reflexões sobre a prática do Letramento Literário e como este pode ser um recurso pedagógico para as aulas de História e em específico para o ensino de História da Antiguidade. Após essa primeira proposta, alguns pontos foram modificados e o projeto tem, a cada nova sequência literária, se aprimorado e ampliado o horizonte de ações possíveis dentro do ambiente escolar.

Entre as questões pedagógicas observadas na realização deste trabalho, destacam-se: o manuseio do texto; o trabalho com os gêneros textuais e os aspectos históricos. Em relação ao primeiro ponto, o manuseio do texto, nesta proposta, a leitura foi feita sob a forma de hora do conto. Os alunos, posteriormente, disseram gostar desta dinâmica, mas apontaram também que gostariam de ter o texto para manuseá-lo. Em relação ao gênero textual, a reflexão que se faz a partir dos trabalhos apresentados pelos alunos é a necessidade de um trabalho prévio sobre as características do gênero solicitado na tarefa – o que reforça a ação interdisciplinar com Língua Portuguesa –, além de um prazo maior para a realização da proposta.

Seria interessante ainda que os alunos reescrevessem o texto após o retorno e observações feitas pela comunidade de leitores.

Outro ponto a ser observado é o relativo às questões históricas. Assim, a proposta da sequência didática aqui explicitada possibilita aos alunos que compreendam os aspectos históricos referenciados na narrativa, além de permitir comparações e exemplificações, incluindo-se aspectos de intertextualidade, assim como relações com outros formatos narrativos, tais como o cinema, os seriados ficcionais, as telenovelas, as músicas e games, por exemplo, desde que seja feito um trabalho de mediação e orientação por parte do professor. Propicia, ainda, observar as mudanças e permanências quanto a aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais ao longo da História. No caso específico aqui relatado, ressalta-se o conhecimento histórico sobre a Mesopotâmia para entender o contexto contemplado n' *A Epopeia de Gilgamesh*.

Com a pandemia de Covid-19, o projeto teve uma pausa, não sendo realizado em 2020 e em 2021. Para 2022, a intenção é retomar o projeto e além de trabalhar com o texto de Gilgamesh, pretende-se utilizar outras obras ligadas ao contexto da História e da cultura da Mesopotâmia, em nova ação interdisciplinar entre Língua Portuguesa e História.

Referência

ARISTÓTELES. *A arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2020a.

PLANO Político Pedagógico (PPP). *Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Senador Salgado Filho*. Gramado: 2016.

REDE, Marcelo. História de Gilgamesh, agora com nova tradução, antecipa aspectos da Bíblia. *Folha de São Paulo*. 22 dez. 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1945271-historia-de-gilgamesh-agora-com-nova-traducao-antecipa-aspectos-da-biblia.shtml>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SIN-LÉQI-UNNÍNNI. *Ele que o abismo viu: epopeia de Gilgamesh*. Jacyntho Lins Brandão [Trad.] Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SOARES, Cristiane de Souza. As representações literárias e o ensino de História: discutindo História pela Literatura. *Anais Eletrônicos do V Colóquio de História "Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio"*. Recife, 16 a 18 de novembro de 2011. p. 795- 799. ISSN: 2176-9060. Disponível em: <<http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.795-800.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

ZECHLINSKI, Beatriz Polidori. História e Literatura: questões interdisciplinares. In: *História em Revista*, v.9, pp. 1 a 20, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11723/7499>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

ZEMAN, Ludmila. *A vingança de Ishtar*. Porto Alegre: Projeto, 2005.

ZEMAN, Ludmila. *A última busca de Gilgamesh*. Porto Alegre: Projeto, 2005.

ZEMAN, Ludmila. O Rei Gilgamesh. Porto Alegre: Projeto, 1996. Disponível em: <<http://www.lojaeditoraprojeto.com.br/pd-30fb14--o-rei-gilgamesh.html>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ZILBERMAN, Regina. Nos princípios da epopeia: Gilgamesh. In: BAKOS, Margareth (Org.). *III Jornada de Estudos do Oriente Antigo: línguas, escritas e imaginários*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1998.

O papel do governo provincial na dinâmica política da República: a atuação de Cícero como procônsul da Cilícia (51 - 50 a.C.)

The role of the provincial government in the political dynamics of the Republic:

Cicero's role as proconsul of Cilicia (51 - 50 BC)

Davi Santos Barros¹

Introdução

O estudo da República Romana implica a compreensão de que sua estrutura política se encontrava vinculada aos ideais de *civitas* e de *libertas*, segundo os quais, ao participar da cidade, o indivíduo tornava-se um cidadão, deixando de ser um súdito, o que garantia a sua liberdade à medida que a cidade tomava o sentido de comunidade e formava-se o corpo cívico. Com a superação da realeza e a instauração do regime republicano, em 509 a.C., a despeito da escassez de fontes, conclui-se que Roma passou a ser uma *liberas civitas*, uma comunidade de homens livres submetidos a um conjunto de leis, com livre associação entre “iguais”, de maneira que a *Res Publica* era governada pelo *populus*.

Após a Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), ao eliminar um de seus rivais, Cartago, Roma passa por intensas transformações estruturais, especialmente do ponto de vista socioeconômico, conquistando territórios no ultramar e tornando-se uma potência em âmbito internacional. De uma pequena cidade, Roma pouco a pouco

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Laboratório de Estudos sobre Império Romano (LEIR/ES). Contato: davi.barros@edu.ufes.br ou davisantosb18@gmail.com.

se transforma num império de amplas proporções, consolidando sua expansão e controle tanto da Península Itálica quanto da bacia do Mediterrâneo. É nesse contexto que o sistema republicano começa a entrar em colapso, pois a expansão imperial provoca um intenso desequilíbrio no regime fundiário e na convocação do exército, uma polarização de riquezas e um crescimento nítido das diferenças entre a oligarquia romana e população em geral, agravando, portanto, conflitos sociais já existentes desde a formação da *Urbs*. Ademais, as instituições políticas de Roma não se mostravam adequadas para governar um império que havia se ampliado em torno do Mediterrâneo.

O último século da República, foi também o século de consolidação do imperialismo romano, processo que, segundo Guarinello (1994, p. 44), pode ser dividido em momentos: um período inicial, no qual se buscava a defesa de Roma contra os seus inimigos, e um segundo, caracterizado pela anexação de novas terras e pela extração de tributos dos povos submetidos, o que conduziu à formação das províncias, do território exterior à Península Itálica. Esses territórios serão comandados por governadores, muitas vezes um ex-cônsul ou um ex-pretor, nomeados pelo Senado. Os governadores de província possuíam atribuições militares, administrativas e judiciárias, tornando-se uma peça importante no sistema de exploração sistemática das regiões conquistadas (MENDES, 1988, p. 45).

A atuação de Cícero como procônsul da Cilícia (51 – 50 a.c.) a partir de suas cartas

Marco Túlio Cícero não nasceu em Roma, mas foi lá o palco central de sua vida e carreira. O orador acreditava que a *Urbs*, na condição de capital do mundo então

conhecido, lhe permitiu desenvolver uma intensa atividade política e que, apenas nesse ambiente, era possível alcançar o que mais importava para um membro da elite romana: ser visto. No decorrer da sua formação, Cícero, ainda jovem, percorreu diversos locais a fim de aprimorar sua educação. Em algumas ocasiões, esteve fora de Roma, como na época do exílio. Em outras, esteve longe da cidade por dever de ofício: primeiramente, quando foi questor na Sicília e, mais tarde, quando assumiu o proconsulado da distante província romana da Cilícia, na Ásia Menor.

Devido à crise política romana que atingia a República na década de 50 a.C., Pompeu precisou pôr em prática uma série de medidas para reverter a situação. Uma delas foi a promulgação da *Lex Iulia de provinciis*, segundo a qual os ex-cônsules deveriam assumir o comando de uma província após a sua magistratura a fim de se ausentarem de Roma por certo período. Essa medida fez com que, em março de 51 a.C., o Senado atribuísse a Cícero o cargo de procônsul, incumbência que ele recebeu a contragosto.

Ao se tornar governador, Cícero levou consigo para a Cilícia seu irmão Quinto, que já havia governado uma província antes e com sucesso, o filho, o sobrinho, um grupo de pessoas mais próximas e também escravos, como Tirão. A rota seguida por Cícero e sua comitiva rumo à Cilícia é de fácil compreensão devido à quantidade de cartas enviadas durante o trajeto, tanto para familiares quanto para amigos. Cícero deixou Roma em maio de 51 a.C. e chegou à província por Laodiceia em 31 de julho, como pode ser visto numa carta enviada aos cônsules, pretores, tribunos da plebe e Senado.

A possibilidade de ser atacado pelos partos e a hipótese de ter o mandato prolongado por mais um ano eram os maiores pesadelos de Cícero ao chegar à Cilícia. A nomeação para o governo da província o obrigou a ausentar-se de Roma justamente num período em que havia uma notável efervescência política. A todo momento, Cícero sente saudade da sua vida na capital, não acreditando haver razões para prolongar sua permanência na província, razão pela qual insistia com os amigos para que tudo fizessem a fim de ele não permanecesse na Cilícia para além do tempo inicialmente acordado. Ao partir, encarregou seu amigo, Célio Rufo, de enviar-lhe notícias de tudo o que ocorria na capital do Império. Mas também buscou cultivar laços de amizade que impedissem sua recondução ao governo provincial, solicitando apoio a diversos políticos, como Gaio Cláudio Marcelo (*Fam.* 98), Lúcio Paulo (*Fam.* 102) e seu primo, Marco Cláudio Marcelo (*Fam.* 101), como é possível constatar por meio do excerto abaixo:

Puesto que esta posibilidad me la ha arrebatado esta inesperada e imprevista lotería provincial, te ruego encarecidamente que pongas tu esfuerzo en lograr que no se cometa conmigo el agravio de prorrogar por algún tiempo mi año de gobierno para que, al menos, pueda verte gobernando el Estado como cónsul de acuerdo con el prestigio del que gozas. Si lo consiguieras, el cúmulo de los favores recibidos de ti en el pasado se incrementarían considerablemente. (*Fam.* XV 12, 102, p. 431)

Logo na primeira carta, quando nem ainda havia chegado a Cilícia, encontrando-se ainda na fronteira da Laodiceia com a Capadócia, em 18 de setembro de 51 a.C., Cícero já escreve aos mais altos escalões da República, os cônsules, pretores, tribunos da plebe e Senado. Nessa carta, Cícero revela que não está a

caminho da Cilícia porque quer ou deseja, razão pela qual utiliza essa sua passagem pela província como plataforma para recolher recursos materiais e simbólicos que fortaleçam sua posição política em Roma. Assim, logo de início, prepara uma espécie de relatório sobre a província, embora não achasse que fosse sua obrigação o fazer, mas acreditava ser correto transmitir aos romanos notícias daquilo que acontecia na Cilícia diante da gravidade pela qual passava a região, sob ameaça dos partos. Nessa mesma carta, Cícero declara ser de trato afável e honrado, de maneira que a Cilícia estaria segura em virtude do seu senso de justiça (*Fam. XV 01, 104, p. 435*), apresentando-se assim como um líder capaz de colocar ordem no caos que então estava instaurado, o que lhe permite fortalecer sua imagem como uma maneira de alcançar fama na República, já que, como governador de província, se sairia muito bem. Nota-se também, na carta, uma postura firme do emitente para com os destinatários, demonstrando, que embora não queira estar na província, aceitou ser governador movido pelo senso de dever e de justiça:

Problemas de gestão do exército, dívidas e despesas acumuladas que levaram os soldados a amotinar-se, desorganização do sistema judiciário, sobretaxação e outros foram desafios encontrados pelo orador no território. Sendo assim, as epístolas de Cícero revelam sua preocupação com os dilemas que atingiam os habitantes da província, que vinham sofrendo com a má administração dos antecessores, interessados apenas em explorar as terras e a riqueza da região. Por conta de sua trajetória como advogado, que o levou a tratar de casos de corrupção envolvendo governadores de província, Cícero sabia dos males que um mau governo poderia

causar tanto para a província quanto para sua imagem e para os interesses do Estado romano, o que o levou a dissociar-se dessas práticas. Com a Cilícia em péssimas condições, exército desmoralizado e provinciais indignados, ansiando por justiça, Cícero buscou se afastar da imagem que os ex-governadores deixaram, pois eles haviam sido responsáveis por praticamente levar a província à falência e empobrecer os contribuintes locais. Buscando consolidar-se como um bom administrador e um estrategista militar competente, obtido na vitória sobre os partos, que celebrou com um triunfo, partos e numa expedição punitiva contra os bandidos cilicianos instalados no monte Amano, que aterrorizavam a província e não reconheciam a soberania de Roma, Cícero foi proclamado *imperator*, título este que, tradicionalmente, as tropas conferiam ao seu general depois de uma campanha bem-sucedida e que Cícero empregava inclusive no cabeçalho de suas cartas, como vemos em “Marco Cícero, *imperator*, saúda Caio Casio, pro-questor” (*Fam.* XV 14, 106, p. 442), certamente com o propósito de causar boa impressão no destinatário.

Interessado em projetar-se diante do Senado, Cícero chegou a solicitar que lhe fossem concedidas homenagens solenes ou mesmo uma *ovatio* em virtude dos seus feitos na Cilícia, o que, todavia, não aconteceu. Esse fato é relatado quando o orador escreve a Lúcio Paulo, externando seu desejo de que os senadores reconhecessem sua boa gestão na Cilícia. O mesmo assunto também foi tratado em uma epístola enviada a Marco Catão, no final de 51 a.C. e início de 50 a.C., na qual, em meio a pedidos de apoio, é nítido como Cícero utiliza sua estadia na província como um palanque para se projetar como um gestor competente. Sempre exaltando seus feitos

por ter livrado a população da Cilícia dos males que a afligiam, Cícero apresenta-se como uma espécie de salvador: “em estas ciudades asistieron asambleas en las que liberé a numerosas poblaciones de impuestos inhumanos, préstamos de usura sofocante y deudas ficticias” (*Fam. XV 04*, 110, p. 451-452). Ademais, pede voto a Catão, no Senado, para que seja devidamente homenageado, buscando interferir no jogo político em Roma, como em “Ahora quisiera que quedes convencido de lo siguiente: en el caso de que sobre estos hechos se informe oficialmente al Senado, consideraría que se me ha concedido el máximo reconocimiento si apoyases con tu voto que se honrase mi persona.” (*Fam. XV 04*, 110, p. 456-457).

No final de um ano de mandato, Cícero deu por concluído o exercício do cargo no verão de 50 a.C., deixando imediatamente a província, já que se considerava em um “segundo exílio” (ÑACO, 1998, p. 162). Cabe ressaltar que a passagem de Cícero pela província da Cilícia nos chega apenas por meio de uma única fonte: o epistolário do autor, que durante sua permanência na província trocou com amigos, familiares e figurões da política republicana diversas cartas nas quais fala dos problemas que enfrentou como governador.

Considerações finais

Em primeiro lugar, confirmamos nossa suposição inicial de que Cícero utilizou sua passagem pela Cilícia como uma oportunidade para construir a imagem de um governante exemplar, numa tentativa de contornar a invisibilidade à qual estava sujeito por afastar-se da *Urbs*. Assim, ele escreve cartas aos amigos, aliados e familiares que haviam ficado em Roma com o propósito de conservar as suas redes

políticas em Roma. Em função disso, Cícero não esteve muito preocupado em descrever o local onde estava ou descrever as curiosidades históricas ou belezas naturais da província, concentrando-se nos problemas que precisou enfrentar, o que seria muito mais útil ao seu propósito de aumentar o seu prestígio político.

Por relatar, nas epístolas, uma série de eventos cotidianos de Roma e da província que governava, Cícero é constantemente consultado como fonte de evidências a respeito da vida cultural, social e política durante a fase final da República romana. Contrariando sua vontade, mostramos como Cícero se afasta da Urbs nesse contexto, mas busca consolidar-se como um governador a fim de não ser esquecido pelos romanos.

Referências

CÍCERO, Marcus Tullius. *Cartas III, cartas a los familiares (cartas 1 – 173)*.

Introducción, traducción y notas de José A. Beltrán. Madrid: Gredos, 2008.

BOWMAN, Alan; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew. (ed.). *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146–43B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992. v. IX.

CARTIER, Michel. Impérios. In: ROMANO, R. (dir.). *Enciclopédia Einaudi: Estado-guerra*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 318-329.

FINLEY, Moses. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

GIESEN, Katia Regina. *O epidítico como recurso para a representação dos contemporâneos na epistolografia de Plínio, o Jovem*. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

- GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1994.
- HARRISON, S. The late Republican/Triunviral Period: 90-40 BC. In: LEVINE, D. S. (ed.), *A companion to Latin Literature*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- MALATIAN, Tereza. Cartas. *Narrador, registro e arquivo*. In: PINSKY, Carla B.; Tania R. de (org.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 195-221.
- MARTÍNEZ, Beatriz Antón. La epistolografia romana: Cicerón, Séneca y Plinio. *Helmantica: Revista de filología clásica y hebrea*, n. 47, p.105-146, 1996.
- MENDES, Norma Musco. *Roma republicana*. São Paulo: Ática, 1988. p. 44-50.
- ÑACO, Toni del Hoyo; MUÑIZ COELLO, Joaquín. Cicerón y Cilicia: diario de un gobernador romano del siglo I a.C. *Faventia*, v.22. n.º 1, p. 162-164. 2000.
- RAWSON. Elizabeth. *Cicero: a portrait*. London: Allen Lane, 1975.
- SANT'ANNA, Henrique Modanez. *História da República Romana*. Petrópolis: Vozes, 2015.

Relações de poder no Egito Antigo: o conflito egípcio-babilônico durante a XXVI dinastia egípcia

Power relations in Ancient Egypt: the egyptian-babylonian conflict during the XXVI egyptian dynasty

Hector Eliahou Leon Levy¹

O presente trabalho traz como objeto de estudo as relações entre o mundo egípcio da XXVI dinastia (também conhecida como “Saíta”, 664-525)² e o império neobabilônico (625-539), em um momento no qual essas potências do mundo antigo disputarão o controle das regiões levantinas (Palestina, Síria e Fenícia), visando proteger os seus interesses políticos e econômicos no antigo Oriente Próximo. Ao analisarmos as relações de poder no mundo antigo, adotamos em nossa pesquisa os conceitos teóricos presentes na obra do cientista político e filósofo italiano, Norberto Bobbio, “Teoria Geral da Política” (2000), sendo que esse autor define o poder não apenas como uma relação entre sujeitos, na qual um impõe ao outro a própria vontade, visando atingir os efeitos desejados, mas também a posse dos meios (destacando-se aqui o domínio sobre a natureza e os homens), para também alcançar

¹ Advogado formado pelas Faculdades Metropolitanas unidas (FMU-SP) em 2016. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio (SP) e aluno dos cursos de especialização em Direito Contratual (Legale- SP) e em História Antiga e Medieval (UERJ). E-mail: hectorlevy62@gmail.com.

² Para fins cronológicos da civilização egípcia, utilizaremos em nossa pesquisa as datações presentes na obra dos egiptólogos John Baines e Jaromír Málek. As durações são aproximadas e antes da era cristã, de modo que dispensamos o emprego das abreviações “c.” (cerca de) e “a.C.” (antes de Cristo) em nossa pesquisa. Ademais, o trabalho dos egiptólogos é omissivo quanto ao reinado de alguns líderes mesopotâmicos, de modo que preferimos adotar, por conveniência, uma cronologia própria para os reinados dos reis assírios e babilônios, presente na obra de Michael Roaf (2004).

os fins pretendidos do grupo dominante (BOBBIO, 2000, p. 161). Bobbio destaca a existência de diversas formas que o poder se manifesta em uma sociedade, sendo elas relacionadas com as práticas nas quais se observa o condicionamento do comportamento dos dominados pelo dominador.

Nesse cenário, o grupo dominante possui a exclusividade do emprego da força física em um determinado contexto social (muitas vezes representada pela força policial e pelo exército, sendo esse tipo de poder conhecido como político, considerado por Bobbio como supremo em uma sociedade de desiguais). Ademais, o dominador pode se servir de recompensas para condicionar o comportamento dos grupos submissos, como terras e outros privilégios (poder econômico), ou ainda, estabelecer ideias que serão adotadas na sociedade, as quais influenciam o comportamento dos subordinados (poder ideológico) (BOBBIO, 2000, pp.160-164), como é o caso de a figura do faraó ser considerada sagrada no Egito antigo.

Uma vez expostos os conceitos teóricos empregados em nosso trabalho, verificamos a necessidade de abordarmos, ainda que brevemente, a situação política do Egito às vésperas da ascensão da XXVI dinastia, o qual se encontrava marcado pela fragmentação política e territorial desde o chamado Terceiro Período Intermediário (1070-712). Essa divisão favoreceu sucessivas dominações estrangeiras na terra dos faraós (líbia, Núbia, e, posteriormente, Assíria). Durante a presença dos assírios, um dos líderes egípcios, Psamético (664-610), governador da cidade de Saís, localizada na região do Delta (norte do Egito), aproveitando-se da sua condição de vassalo do rei assírio (na época, Assurbanipal), conseguiu expulsar as

guarnições assírias do país e, por meio de alianças com as famílias dominantes, tanto no Egito³ como no mundo exterior (a exemplo do rei da Lídia, Giges, o qual enviou a Psamético tropas para auxiliá-lo na sua contenda contra a Assíria e os líderes rivais no Egito), o líder de Saís foi capaz de reunificar o Egito, tornando-se faraó das Duas Terras (ou seja, do Alto e Baixo Egito, que correspondem às regiões sul e norte do país, respectivamente)⁴.

Contudo, com a decadência do império assírio no antigo Oriente Próximo (marcada principalmente pela tomada da capital assíria, Nínive, por tropas babilônicas e medas, em 612), observamos a ascensão do império neobabilônico e a sua crescente ameaça aos interesses egípcios na região levantina, razão pela qual Psamético I e seus sucessores se viram obrigados a realizar demonstrações de seu poder político e militar no mundo exterior, visando defender os interesses egípcios no

³ No caso da região do Delta, verificamos que alguns líderes regionais de origem líbia juraram lealdade a Psamético e, em troca, mantinham o seu status, como ocorreu com Akanosh, senhor de Sebenitos. O principado de Sebenitos e Busíris foram os que reconheceram inicialmente a soberania saíta na região, incorporando os seus territórios aos domínios de Psamético. Após consolidar o seu poder no Delta, o senhor de Saís se aliou com o reino de Heracleópolis (no Médio Egito), por meio de casamentos. Em Tebas (Alto Egito), destacamos a figura de Montuemhat, figura que no período de dominação núbica e assíria, ocupava um importante cargo na região tebana (por vezes considerado como um verdadeiro líder em Tebas). Assim como muitos personagens influentes, ele teve o seu posto assegurado por Psamético. Nesse cenário, à medida que os oficiais do Alto Egito morriam, Psamético os substituíam por aqueles oriundos do Baixo Egito, região originária da realeza saíta.

⁴ Durante a campanha de unificação, Psamético conseguiu, no ano de 656, que a sua filha Nitiquet (ou Nitócris para os gregos), ocupasse o cargo de Divina Esposa de Amon, posição de maior importância no sacerdócio tebano ocupado por uma mulher na época em questão. (BAINES; MÁLEK, 2008, p.50). A detentora dessa função era dona de vastas propriedades de terras, o que, indiretamente, favorecia a sua família de origem, sobretudo o poder econômico de seu pai, Psamético. Ao mesmo tempo, também se fortalecia o poder ideológico do faraó, que passava a ser reconhecido, com a nomeação de sua filha, como o senhor das Duas Terras (ou seja, do Alto e Baixo Egito).

Levante (não apenas assegurar as defesas do Egito, mas também o controle das rotas comerciais e o acesso a governos vassalos), como bem destaca o egiptólogo Hussein Bassir (BASSIR, 2018, pp.180;184).

Assim, durante o reinado de Psamético I (664-610), verificamos a retomada das atividades militares por parte dos egípcios na região do Levante, bem como uma breve aliança com as forças remanescentes do império assírio (LIVERANI, 2014, p.537), cujo rei da época, Assur-uballit II, havia estabelecido uma nova corte em Harran, no norte da Síria, após a queda de Nínive (BRYCE, 2014, p.139).

No governo de Psamético e seu sucessor, Neco II (610-605), os egípcios conseguem o controle do Levante por um breve período, criando um sistema de vassalagem envolvendo os governos locais (como é o caso do reino de Judá, na Palestina, durante o governo de Joaquim, rei nomeado pelos egípcios, conforme consta nos registros bíblicos - II Re. 23:31-35; 2 Cr. 36:3-4). Contudo, após algumas vitórias iniciais contra os babilônios (também conhecidos como caldeus), o exército do faraó Neco é derrotado em Carchemish (Síria) pelas forças do príncipe caldeu Nabucodonosor, no ano de 605.

Segundo os relatos presentes nas chamadas Crônicas Babilônicas:

O rei de Akkad (Nabopolassar) ficou em casa (enquanto) Nabucodonosor (II), o filho mais velho e príncipe da coroa reuniu (o exército de Akkad). Ele tomou a liderança de seu exército e marchou até Carchemish [...] ele atravessou o rio [para encontrar o exército egípcio] que estava acampado em Carchemish [...] eles lutaram juntos. O exército do Egito recuou diante dele [Nabucodonosor]. Ele os infligiu uma grande derrota e os aniquilou completamente (Crônica 5: “Crônica a respeito dos anos iniciais do reinado de Nabucodonosor II”, anverso, vv. 1-5).

Após essa derrota egípcia, também imortalizada na Bíblia (Jr.46), o Egito perdeu gradualmente o domínio do Levante para a Babilônia, visto que os seus antigos vassalos levantinos passariam a jurar lealdade aos caldeus, pagando um vasto tributo aos seus novos senhores (BRYCE, 2014, p.141). Com a morte do rei babilônio Nabopolassar (626-605), seu filho Nabucodonosor II assume o trono da Babilônia (604-562). Contudo, essa lealdade ao rei babilônio no mundo levantino se mostraria frágil, como veremos a seguir.

Obviamente, os egípcios tentariam reconquistar as regiões levantinas (embora sem sucesso), sendo que Neco II, após a sua derrota em Carchemish, enfrentaria novamente as forças babilônicas na fronteira oriental do Egito. Nesse novo conflito, ambos os exércitos sofreram grandes perdas, e Nabucodonosor necessitou retornar para a Babilônia (Crônica Babilônica nº 5, reverso, vv.5-6).

O sucessor de Neco, Psamético II (595-589), em que pese tenha evitado um conflito direto com os caldeus, incentivou (com certo sucesso) as populações levantinas (sobretudo aquelas localizadas na região sul do Levante) a se revoltarem contra a Babilônia, conforme destaca o egiptólogo Roger Forshaw (2019, p.139).

Posteriormente, durante o reinado do faraó Apriés (589-570), os egípcios combateram os fenícios (vassalos de Nabucodonosor), conforme apontam Diodoro (I:68) e Heródoto (II:161), e enviaram reforços para auxiliar o reino judaíta do rei Zedequias, cuja capital Jerusalém se encontrava cercada pelos caldeus. Contudo a

expedição egípcia fracassou e a capital do reino de Judá foi destruída, por volta de 583 (BRYCE, 2014, p.143).

Durante os momentos finais do governo de Apriés, verificamos um período de guerra civil no Egito, como consequência da derrota de uma expedição egípcia contra a colônia grega de Cirene, na Líbia. Assim, os soldados sobreviventes se rebelaram e nomearam o general Amásis como novo faraó. Segundo a narrativa de Heródoto (II:163), o líder rebelde venceu a contenda contra Apriés (sendo este último apoiado principalmente por forças mercenárias gregas e cárias)⁵. Contudo, um monumento egípcio, conhecido como a Estela de Elefantina, datada da época de Amásis (570-526), aponta para uma vitória egípcia, no quarto ano do reinado de Amásis, contra uma força asiática, identificada como babilônica pelos estudiosos⁶. Nesse sentido, observa-se que Apriés, após a sua derrota inicial contra o novo faraó, buscou o auxílio militar de Nabucodonosor para reconquistar o trono no Egito, tentativa essa que se mostrou infrutífera, resultando na derrota de Nabucodonosor e na morte do faraó deposto (FORSHAW, 2019, p.149).

Nesse cenário, o professor Anthony Leahy destaca:

⁵ Destacamos a importância dos mercenários e auxiliares gregos a serviço dos faraós da XXVI dinastia. Com a vinda inicial de tropas estrangeiras, enviadas por Giges da Lídia para auxiliar Psamético I, verificamos o surgimento das primeiras comunidades gregas no Egito, sendo que muitos dos seus integrantes faziam parte do exército egípcio. Ademais, esses soldados fortemente equipados (no modelo hoplita grego) eram considerados uma verdadeira força de elite, razão pela qual eram vistos com grande apreço pelos faraós.

⁶ Verificamos a existência de um documento babilônico no qual se menciona uma campanha de Nabucodonosor II contra os egípcios, no seu trigésimo sétimo ano de reinado (na época em que reinava Amásis). A fonte em questão encontra-se disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1878-1015-22. Acessado em 18/08/2021.

A tábua (a estela) é, assim, um registo de um ataque ao Egito por Nabucodonosor, no seu 37º ano de reinado, ao qual Amásis respondeu reunindo forças de Cirene, do Mediterrâneo, e do próprio Egito [...] não há vestígios de um ataque vindo do Oriente em Heródoto ou Diodoro Sículo. Este é presumivelmente o resultado da ignorância e sugere que a tradição considerava os acontecimentos do ano um como decisivos (LEAHY, 1988, p.191)⁷.

Ademais, durante o nosso estudo a respeito dessa interferência babilônica no Egito de Amásis, verificamos uma interessante passagem bíblica, no livro de Jeremias, na qual o profeta adverte os hebreus que viviam no Egito, por conta da prática da idolatria (na realidade o próprio Jeremias passou a viver na terra dos faraós após a queda de Jerusalém):

E a palavra do Eterno veio a Jeremias em Tahpanhês (Tafnes), dizendo: Toma em tua mão pedras grandes e esconde-as na argamassa do ladrilhado que está a entrada da casa do faraó, em Taphanhês, perante a vista dos judeus e lhes dirás: Assim disse o Eterno dos Exércitos, o Deus de Israel: Eis que já estou enviando, e farei com que Meu servo, Nabucodonosor, o rei da Babilônia, venha, e estabelecerei seu trono sobre essas pedras que escondi e sobre elas estenderá seu pavilhão real. Ele virá e ferirá a terra do Egito, de forma que morrerão aqueles que estão destinados a morrer; serão aprisionados aqueles que estão destinados ao cativo, e muitos serão mortos pela espada. Atearei fogo nas casas dos deuses do Egito e elas serão pilhadas e queimadas; ele se cobrirá com o saque que levará do Egito como o pastor se cobre com sua vestimenta, e sairá de lá em paz. Ele partirá os pilares do templo de Bet Shémesh [“casa do sol”, tradução nossa], que fica no Egito, e destruirá pelo fogo as casas dos seus deuses [...] O Egito parece

⁷ Nesse cenário, Anthony Leahy menciona o primeiro ano do reinado de Amásis, que foi marcado, justamente, pela ascensão desse faraó ao trono, após ter deposto Apriés. Logo, como o autor destaca, as narrativas de Heródoto e Diodoro sugerem que a ascensão de do novo faraó ao trono (ano um) resolveu o conflito com Apriés, quando, na realidade, Amásis teria que enfrentar no seu quarto ano de reinado uma investida do soberano deposto e os seus aliados babilônios. Ademais, Leahy destaca uma política de alianças entre Amásis e os governos gregos (como é o caso da cidade de Cirene).

uma novilha bem nutrida, mas do Norte está prestes a vir o abatedor. Também seus mercenários parecem bois cevados, mas voltaram as costas e fogem todos; não mantiveram suas posições pois perceberam a calamidade que os aguardava, o dia da prestação de contas [...] O Eterno dos Exércitos, o Deus de Israel, disse: Aplicarei Minha punição sobre Amon de Nó (Luxor), sobre o faraó, sobre o Egito, sobre os seus deuses e seus reis; sobre o Faraó e todos que nele confiam (2 Jr. 43: 8-13;46:20-21,25).

Contudo, é certo que Nabucodonosor, em que pese os seus esforços, não chegaria a conquistar a terra do Egito (ele teria, muito provavelmente, adentrado apenas em localidades próximas da fronteira oriental egípcia com suas tropas, como é o caso de Tafnes ou Dafne, apontada nas narrativas bíblicas acima, sendo futuramente derrotado e expulso por Amásis). Um provável acordo entre egípcios e caldeus cessou as hostilidades entre esses dois povos, assegurando o controle do Egito a Amásis e o Levante ao rei da Babilônia (BASSIR, 2018, p.183). Posteriormente, egípcios, babilônios e lídios aliaram-se, embora sem sucesso, contra uma nova ameaça vinda do Oriente: a Pérsia. Liderados por Ciro, o Grande, os persas conquistariam a Babilônia em 539, e, posteriormente o Egito em 525, durante o reinado do filho de Ciro, Cambises II (529-522). Com a morte do sucessor de Amásis, Psamético III (526-525), temos o fim da XXVI dinastia egípcia e o início da dominação persa no Egito.

Verificamos em nossa pesquisa a importância da política egípcia no mundo exterior, como uma das formas de procurar assegurar os interesses egípcios na região levantina. O breve período de dominação egípcia no Levante, durante o reinado de Psamético I e Neco II, contribuíram para o fortalecimento do poder real saíta, seja na esfera econômica, política ou ideológica. Os sucessos militares dos faraós eram

interpretados como o apoio dos deuses ao soberano egípcio, o que favorecia e legitimava o seu governo. Ademais, não podemos nos esquecer do aumento de receitas do governo egípcio oriundas do comércio e dos tributos dos reinos vassalos, contribuindo para a economia egípcia. A nível político, verificamos a importância das relações de aliança entre o Egito e os povos levantinos (como os arameus na Síria, os fenícios, filisteus e judaítas), uma vez que essas ligações favoreceram a proteção das fronteiras egípcias, ainda que alguns desses grupos (como o reino de Judá e os filisteus) tenham, por vezes, mudado a sua lealdade durante o conflito e sucumbido durante esse período de guerra. Nesse sentido, as regiões levantinas, serviram inicialmente como uma espécie de zona-tampão, impedindo um ataque direto ao Egito, por parte dos caldeus.

Em que pese os egípcios não tenham reestabelecido o controle no Levante, os seus esforços impediram a conquista babilônica do Egito. Posteriormente, ainda que o Egito e a Babilônia tenham se aliado contra os persas, essa união se mostraria infrutífera, resultando no fim da XXVI dinastia egípcia, em 525. Contudo, as futuras dinastias nativas que se revoltaram contra a dominação persa no Egito adotariam a estratégia, outrora empregada pelos faraós saítas, de se aliarem militarmente aos governos gregos (como Esparta e Atenas), visando expulsar os persas da terra dos faraós. Contudo, em que pese o apoio militar grego aos egípcios, esse apoio se mostrou insuficiente, cabendo posteriormente a Alexandre o Grande, rei da Macedônia, a tarefa de encerrar o jugo persa no Egito, em 332 (BAINES; MÁLEK, 2008, pp. 51-52).

Referências

BAINES, John; MÁLEK, Jaromír. *Deuses, Templos e Faraós. Atlas Cultural do Egito Antigo*. Barcelona: Folio, 2008.

BASSIR, Hussein. The Egyptian Expansion in the Near East in the Saite Period. *Journal of Historical Archaeology & Anthropological Sciences*. V. 3, n. 2. 2018, pp.180-184.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2000.

BRITISH MUSEUM. Tablet: Report of Nebuchadnezzar II's Campaign to Egypt in his 37th Year. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1878-1015-22. Acessado em 18/08/2021.

BRYCE, Trevor. *Ancient Syria: A Three Thousand Year History*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DIODORO SÍCULO. *Biblioteca Histórica. Libros I-III*. Barcelona: Gredos, 2001.

FORSHAW, Roger. *Egypt of Saite Pharaohs, 664-525 B.C*. Manchester: Manchester University, 2019.

GORODOVITS, David. FRIDLIN, Jairo. *Tanah completo: Hebraico e Português*. São Paulo: Sêfer, 2018.

GRAYSON, Albert Kirk. *Texts from Cunneiform Sources*. Nova York: J.J. Augustin Publisher, 1975.

HERODOTUS. *The Histories* (Traduzido por Audrey de Sélécourt e revisado com a introdução e notas por John Marincola). Londres: Penguin Readers, 2003.

LEAHY, Anthony. The Earliest dated Monument of Amasis and the end of the Reign of Apries. *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 74. 1988, pp. 183-199.

LIVERANI, Mario. *The Ancient Near East. History, Society and Economy*. Londres: Routledge: Oxon, 2014.

ROAF, Michael. *Grandes Civilizações do Passado: Mesopotâmia*. Barcelona: Folio, 2004.

Uma viagem ao Egito antigo: análise histórica do museu virtual no jogo *Assassin's Creed Origins*

A travel to ancient Egypt: historical analysis of virtual museum in *Assassin's Creed Origins* game

Jéssica Kotrik Reis Franco¹

A franquia de jogos *Assassin's Creed*, desenvolvida pela Ubisoft Montreal, é uma das maiores do mundo. Ao todo, a série contabiliza com mais de vinte jogos, lançados em diferentes plataformas desde o ano de 2007, com cerca de 100 milhões de cópias vendidas no mundo, e uma receita de aproximadamente 300 milhões de dólares anuais (BONDIOLI; LIMA, 2019). Há também a produção de livros romanceados, revistas em quadrinhos, e um filme (2016) produzidos com base nos jogos. O game utiliza como pano de fundo momentos e personagens históricos, e propõe ao jogador se aventurar por simulações de eventos do passado baseados em reconstruções interativas de cidades históricas.

Dentre tais simulações, *Assassin's Creed* já retratou diversos recortes, como por exemplo, a Terceira Cruzada em 1191, o Renascimento italiano entre 1476-1512, a Revolução Americana em 1776. As produções mais recentes abordam temporalidades como o Egito Ptolomaico, a Grécia antiga e os povos escandinavos na chamada "Era Viking". Karl Marx, Leonardo Da Vinci e Dário II da Pérsia são

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná com bolsa CAPES (2021-2023). Especializanda em Arqueologia e História Antiga e Medieval no Instituto Tecnológico e Educacional de Curitiba (2020-2021). Bacharela e Licenciada em História pela Universidade Federal do Paraná (2015-2019). Contato: jekotrik@gmail.com.

alguns dos indivíduos históricos retratados nessas simulações. Dessa forma, o enredo ficcional do jogo se entrelaça à história real dos períodos, eventose pessoas retratadas. A versão do jogo *Assassin's Creed Origins*, lançado pela Ubisoft no ano de 2017, se passa no Egito antigo.

Nesse jogo, pela primeira vez, a Ubisoft também lançou uma nova proposta, com intuito segundo ela, didático. Sendo assim, foi criado o modo *Discovery Tour*, que disponibiliza ao público um museu virtual, assim mesmo definido pela própria produtora. Tal museu virtual oferece ao visitante/jogador uma experiência de imersão em realidade virtual. Nessa experiência, é possível visitar reconstruções locais do Egito antigo, além de conhecer práticas e aspectos do cotidiano dessa civilização e de alguns personagens históricos, como a última faraó do Egito, Cleópatra VII. Guiado por um roteiro audiovisual, com hipertextos que citam e demonstram fontes escritas, cultura material, historiografia, e discussões advindas de pesquisas mais atuais – possibilidades que enriquecem o passeio, o visitante também pode optar pelo modo exploração de mundo aberto.

Apesar de ser uma produção oriunda do jogo, ao contrário dele, o museu virtual tem indicação de faixa etária livre e não precisa ser completado nenhum tipo de missão. Durante sua palestra "*Beyond Gaming: How Assassin's Creed Expanded for Learning*", disponível no canal *Games for Change* no YouTube o historiador responsável pela equipe que desenvolveu o museu, Maxime Durand, fala sobre o desenvolvimento do *Discovery Tour*. O interesse em desenvolver esse museu virtual, segundo Durand, surge a partir de 2014, quando muitos

professores o contatam dizendo que “seria muito interessante se vocês pudessem projetar um modo especial do jogo voltado a nós, para que possamos utilizar isso nas salas de aula”. Contudo, o museu virtual desenvolvido pela Ubisoft em *Assassin's Creed Origins* não é uma ferramenta exclusiva para ser utilizada em sala de aula.

Além de ser um outro tipo de experiência para os jogadores e fãs da franquia, é também um modo do grande público entrar em contato com a história do Egito antigo, uma vez que, a experiência do museu não faz parte do enredo interno do jogo, ou seja, não é preciso jogá-lo para fazer o passeio no museu. O modo *Discovery Tour*, é uma experiência de passeio pelo Egito antigo de modo educativo, como num museu, mas nesse caso, virtual. Com reconstituições em realidade virtual, o visitante passeia pelas paisagens e tem contato com diversos temas do período dos antigos faraós.

Tendo em vista que o jogo é ambientado na época da dinastia Ptolomaica (305 AEC- 30 AEC), os passeios do museu virtual trazem não só o Egito antigo, mas também temáticas sobre gregos e romanos relacionadas a esse período. O museu contém setenta e cinco passeios, cada um, com uma média de duas a dez estações, que são as paradas explicativas. Cada um dura cerca de dois a dez minutos, e todos os setenta e cinco passeios estão divididos em cinco seções: seção Egito, com vinte passeios, e que aborda questões mais gerais sobre a história do Egito antigo, temas como a decifração dos hieróglifos por Jean François Champollion e outras cidades importantes durante o período faraônico, como a cidade de Mênfis, Tebas,

Luxor, aparecem. A seção Pirâmides, com dezesseis passeios, e a seção Alexandria, com quatorze passeios, focam em questões mais arquitetônicas, desde a construção das pirâmides, até a fundação da cidade de Alexandria, e seus principais locais, como a biblioteca, o museu, o farol e o porto. A história de Cleópatra VII também é retrata aqui. A seção Cotidiano, com vinte passeios, traz questões relacionadas à cultura, religiosidade e costumes dos antigos egípcios, temas como os deuses egípcios, o processo de mumificação e hábitos alimentares são colocados. A seção Romanos, amais curta de todas, possui cinco passeios e aborda temas relacionados ao poderio militar romano, como as armas de guerra romanas.

Imagens de fontes, como papiros e estelas contendo escritas egípcias, grega ou latim, moedas, plantas de cidades e construções, imagens de sítios arqueológicos, templos e tumbas, ou retiradas de livros, a exemplo da obra “Descrição do Egito”, fruto da invasão de Napoleão ao Egito em 1798, aparecem também. As estações são áudio guiadas em português, por um roteiro que também é disponibilizado em formato textual ao lado da tela. Além da experiência de uma simulação virtual baseada em reconstruções de tais locais, os visitantes encontram nesses ambientes cidadãos comuns desses espaços, que falam egípcio, grego ou latim, dependendo de seu pertencimento étnico. Todas as imagens e fontes são referenciadas, e a maioria fazem parte dos maiores acervos de museus e bibliotecas do mundo, a exemplo do Museu Britânico, Museu de Berlim, Museu do Louvre e do próprio Museu do Cairo, no Egito. Historiografia clássica, como os relatos de

Plutarco (II EC) entre outros, aparecem, mas também são citados pesquisadores e dados de pesquisas mais recentes na área.

Assim, o museu virtual de *Assassin's Creed Origins* é um exemplo de História Pública Digital. Pois além de ser produto da cultura histórica, sua produção e acesso se dá através do meio digital. Além disso, a construção de seu conteúdo, feita por especialistas da área, é direcionada ao público geral. Dessa forma, sua narrativa, com clara intenção didática, atrela sua existência à aprendizagem histórica. Ou seja, de forma individual e coletiva, ele se torna meio de obtenção de diferentes níveis de consciência histórica. Por fim, demonstra a abrangência da disciplina de Humanidades Digitais, uma área em grande debate e expansão atualmente.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de (org.); ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. Editora Letra e Voz, São Paulo, 2011.

ALVES, Lynn (org.); VIANA, Helyom (org.); MATTA, Alfredo (org.). *Museus Virtuais e Jogos Digitais: novas linguagens para o estudo da história*. Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), Salvador, 2019.

BRESCIANO, Juan Andrés; GIL, Tiago (Org.). *La historiografía ante el giro digital: reflexiones teóricas y prácticas metodológicas*. Ediciones Cruz del Sur, 2015.

BONDIOLI, Nelson de Paiva; LIMA, Rodrigo Araújo de. Descobrimo e Recobrimo o passado nas salas de aula com *Assassin's Creed Origins Discovery Tour*. *Revista de Arqueologia Pública*, v.13, n.1, Campinas, 2019.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor (edit.); TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (edit.). *História Pública e divulgação da História*. Editora Letra e Voz, São Paulo, 2019.

CLAVERT, Frederic ; NOIRET, Serge. (Ed.) *L'histoire contemporaine à l'ère numérique: Contemporary history in the digital age*. Bruxelles: Peter Lang, 2013.

DROUGUET, André Gob Noémie. *A Museologia: história, evolução, questões atuais*. Tradução: Dora Rocha e Carlos Alberto Monjardim. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2019.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?*. Tradução: Paulo Neves. 2ª edição, Editora 34, São Paulo, 2011.

NOIRET, Serge. *História Pública Digital*. Liinc em Revista, v. 11, n.1, p. 28-51, Rio de Janeiro, 2015, p. 30.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido*. Tradução: Nélío Schneider, Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2014.

_____ *Razão histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

_____ El libro de texto ideal. Publicado na Revista Iber – Didáctica de las Ciencias Sociales. Geografía e Historia. Monografía: Nuevas fronteras de la historia, n. 12, Año IV, p. 79-93, abr. 1997. Tradução para o português de Edilson Chaves e Rita de Cássia Gonçalves Pacheco dos Santos. Revisão da tradução: Maria Auxiliadora Schmidt. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Izabel & MARTINS, Estevão de Resende. (Org.) *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

_____ *Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia". Cultura histórica*. [Versión castellana del texto original alemán em K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, pp. 3-26.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Rosaura Eichenberg. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

SILVA, Thais Rocha da. “O sorriso da esfinge: reflexões sobre o ensino de Egito antigo no Brasil”, pp. 279-299. In: LEMOS, Rennan de Souza (org.). *O Egito Antigo: Novas Contribuições Brasileiras*. Multifoco, Rio de Janeiro, 2014.

“O meu pai, aquele que me gerou”: a relação de paternidade entre Aton e Akhenaton na análise das fontes

“My father, the one that generated me”: the paternity relationship between Aten and Akhenaten in the analysis of the sources

Lucas Gonzaga de Araújo ¹

Essa apresentação objetiva analisar aspectos da relação de paternidade que existia entre o deus Aton e seu filho, o faraó Akhenaton (c. 1353-1335 a.C.), um regente da XVIII dinastia (1550-1307 a.C), conforme a cronologia proposta por John Baines e Jaromir Málek (1996, p. 45). Faremos um estudo sobre o deus analisando as estelas de fronteira do ano cinco, com o objetivo de compreender como o discurso de Akhenaton a respeito do comportamento do deus, e também sua relação divina como filho, nos proporciona uma nova interpretação sobre o Aton e justifica as ações reais por intermédio da divindade.

No contexto analisado levamos em consideração o processo da solarização na XVIII dinastia e que teve seu apogeu durante o reinado de Amenhotep IV (c. 1353-1335 a.C.), segundo filho de Amenhotep III, que no início de seu reinado, mudou seu nome de Amenhotep IV que significa “Amon está satisfeito” para Akhenaton - aquele que serve ao disco solar (CARDOSO, 2001, p. 117). O faraó enaltece o deus Aton como divindade máxima em detrimento aos outros deuses do panteão egípcio, e para tanto, mandou construir uma nova cidade na região do médio Egito, Akhetaton, que

¹ Especializando em História e Arqueologia Antiga e Medieval (ITECNE/FSMS) Membro-colaborador (ÉCAHIS). Contato: lucas25155749@gmail.com

significa “o horizonte de Aton” para ser a nova capital do Egito e para adorar o novo deus (COELHO, 2015, p. 70).

Utilizamos a tradução realizada pela Prof.^a Dr.^a Liliane Cristina Coelho do texto da estela de fronteira do ano 5, como fonte. O método de análise empregado nesta pesquisa, é o de análise textual quantitativa, que foi demonstrado por Carreira (2004, p. 231-262) no artigo “Textos da Religião de Aton” de forma a quantizar informações-chaves, que demonstram relações presentes nos textos.

O texto analisado demonstrou uma enorme quantidade de referências às qualificações do demiurgo. Em sequência, demonstraremos quais são essas expressões e a quantidade de menções contabilizadas, nos dando interpretações acerca da expressividade de Aton aos olhos de Akhenaton e a importância que tinha para o faraó evidenciar esse relacionamento com a nova divindade em seu governo.

Tabela 01 - Qualificativos de Aton na Primeira Proclamação Real.

Qualificativos de Aton	Quantidade de menções
Amoroso	4
Belo	3
Bondoso	4
Eterno	6
Grande	3
Iluminador	1
Orientador	4

Pai	15
Provedor	3
Radioso	6
Senhor	7
Vivo	6

Elaborado por: Lucas Araújo, 2021.

- Grupo I (0 a 5) = *Iluminador, Amoroso, Belo, Bondoso, Grande, Orientador e Provedor.*
- Grupo II (6 a 10) = *Eterno, Radioso, Senhor e Vivo.*
- Grupo III (11 +) = *Pai.*

O *grupo I*, primeiro dos grupos a ser observado, traz menções que são encontradas em menor número no texto, e podem ser considerados como “Qualificativos de Apoio” a propagação de uma nova imagem da divindade cultuada em Akhetaton, como parte da reforma que já era evidente no programa real de Akhenaton desde o ano um de seu reinado.(FERREIRA, 2018, p. 65)

Por mais que o grupo I, reflita os qualificativos de menor quantização de menções no texto, esses são os qualificativos mais abundantes nas fontes, em geral, pois aqui encontramos características e funções do Aton, em sua amplitude de exercícios e manifestações sendo assim, é possível inferir que esses são qualificativos que indispensavelmente refletem o que era o Aton na visão de Akhenaton, o demiurgo

era naturalmente o provedor, orientador e iluminador e que se apresentava de forma amorosa, bondosa como expressão de sua manifestação, sendo belo e grande.

O *grupo II*, apresenta uma quantidade menor de expressões porém mencionadas em uma quantidade superior às do primeiro grupo, aqui os qualificativos excedem a função simplista e permeiam a visão divina, aspectos relacionados a eternidade do demiurgo, a radiação solar, pois é a forma condensada de se entender o deus, que é o único senhor na nova organização político-religiosa em Amarna e o monarca frisa a importância de compreender que o Aton é um deus vivo.

Este segundo grupo fortalece a questão divina demonstrando um deus estruturado com os determinativos de divindade máxima, e a necessidade de reafirmar seu posicionamento fica evidente, um reflexo de soberania descrito por Akhenaton a respeito do deus, e compreendemos esta como uma das formas de aumentar seu próprio poder.

O *grupo III*, sendo este o grupo com o maior número de menções acima de onze, é o grupo que contém o menor número de expressões, uma para ser mais exato, a de pai, a expressão com o maior número de referências observadas, e esta que relaciona o monarca como filho do demiurgo, engendrado por ele.

Mais do que compreender a relação paterna que exerciam entre o deus e o faraó, fica evidente na observação do *grupo III*, a importância que Akhenaton queria transparecer, deixando claro e reafirmando sua descendência divina, dado esta a menção de maior relevância na fonte, e claramente podendo ser compreendido como uma forma de aumentar seu poderio político, através desse relacionamento.

Para Assmann (2001, p. 10-12), Akhenaton expressa uma relação de muita intimidade com o deus, uma vez que ele seria o maior conhecedor do deus e portanto sua maior representação, devido essa nova organização, política e religiosa.

Observemos agora, nesse momento, as demonstrações de comparações, relações e ações entre o demiurgo e seu filho, expresso no texto das estelas.

Tabela 02 -Relações/Comparações/ações entre Aton e Akhenaton.

Relações/ações/comparações	Quantidade de menções.
Aquele que enaltece o nome de Aton	3
Amado por Aton	2
Como Aton	2
Está sobre o trono de seu pai	1
O Aton me aconselhou/Ordenou.	5
O Aton está desejoso	2
O Aton está satisfeito	2
O meu pai/ aquele que gerou.	25
Os raios de Aton sobre ele	4
Ele não levanta para outro rei	1

Elaborado por: Lucas Araújo, 2021.

- Grupo I (0 a 5) = *“Aquele que enaltece o nome de Aton”, “Amado por Aton”, “Como Aton”, “Está sobre o trono de seu Pai”, “ O Aton me*

aconselhou/ordenou”, “o Aton está desejoso”, “O Aton está satisfeito”, “Os Raios de Aton sobre ele”, “Ele não levanta para outro Rei”.

- Grupo II (6 a +) = *“O meu Pai/aquele que gerou”.*

O grupo I, abarca todos os conceitos desta tabela com exceção de apenas um, que demonstra uma diferença enorme de quantização a nível de menções ao longo do texto, é perceptível porém uma dinâmica fluida entre o deus e o rei.

Na visão vertical sentido superior - inferior, do deus ao rei vemos que: O Rei é amado por Aton, Os raios de Aton sobre ele, Ele não levanta para outro Rei, o Aton me aconselhou/ordenou.

Na visão Horizontal: O Aton está desejoso, O Aton está satisfeito.

Na visão vertical Inferior-Superior, vemos do Rei ao deus: Aquele que enaltece o nome de Aton, Como Aton, Está sobre o trono de seu Pai.

A dinâmica das relações são claras nesse sentido, um fortalecimento da imagem familiar-religioso, proposto entre ambos, um fortalecimento da comparação resulta no reflexo político na nova forma de governo, e isso demonstra o pensamento de Akhenaton com relação a essa associação.

O grupo II, reforça mais uma vez a questão da paternidade divina, é interessante que dentro dessa reformulação linguística, Akhenaton dá ênfase em demonstrar a relação de paternidade, e tal ação se torna evidente e inegável, o Rei utiliza da escrita e da linguagem para reforçar sua visão.

Ao contrário do que se pensou, o faraó não tinha a intenção de popularizar a escrita: o exclusivismo latente em sua reforma tentava tornar a linguagem ainda menos acessível para grande parte da sociedade. Akhenaton encarou

as mudanças linguísticas como algo complementar a sua nova visão de mundo, algo que pudesse enaltecer seu papel destacado dentro da religião amarniana, enfatizando a tentativa de divinização do monarca em vida (CHAPOT, 2013, p. 120.)

O rei promove a sua divinização em vida, e essa divinização não remete há um novo fator e sim, deriva de seu nascimento uma vez que o mesmo é o filho da divindade e se torna assim, o único que conhece o seu pai, nascido dele, gerado por ele e semelhante a ele.

Akhenaton se torna assim, o maior representante terrestre daquele que o gerou, e reina por meio da tutela de seu pai celestial que o aconselha e o ordena os seus direcionamentos na sua casa em Akhetaton.

Nos textos, compreendemos também as ordens reais expressas no ano cinco, para a construção de Akhetaton, e a solidificação das imagem de Aton enquanto divindade máxima, através do que foi projetado por seu filho.

Neste momento verificaremos quais foram esses ordenamentos, listados na tabela abaixo.

Tabela 03 - Ordenamentos Akhenaton/ Aton.

Aton	Akhenaton
Construção de Akhetaton	Oferendas
Casa do Aton	Cerimônias
	Palácio para o Aton
	Templo de Aton
	Sombra da Grande Esposa Real
	Casa da Alegria

	Rendimentos
	Oblações

Elaborado por: Lucas Araújo, 2021.

Para a compreensão, desta tabela também seguiremos a mesma linha metodológica, por mais que a mesma não apresente a quantização de menções dessas ações. Variam entre 1 a 2, em sua quantidade, na expressão textual.

Todavia, ambas remetem um extremo significado, pois são os ordenamentos e que serão realizados dentro do espaço de Akhetaton, nesse sentido podemos fazer a leitura da tabela dividindo o seu conteúdo em dois grupos.

- Grupo I (Aton) = *Akhetaton, Casa do Aton.*
- Grupo II (Akhenaton) = *Oferendas, Oblações, Cerimônias, Rendimentos, Palácio para o Aton, Templo de Aton, Sombra da Grande Esposa Real e a Casa da Alegria.*

Os grupos neste momento são um pouco mais objetivos, é possível verificar uma correlação entre ambos, que parte do Aton direcionando o faraó, a respeito da construção de uma nova cidade, como é evidente no texto.

(Então) Sua Majestade disse a eles: “Eis aqui o Aton! O Aton está desejoso de que seja feito para ele --- como um monumento com um nome eterno e para sempre! Agora, este é o Aton, o meu pai, quem me aconselhou [sobre isto], (a saber) Akhetaton.(COELHO, 2015, p.82)

Parte de Aton, a ordem da construção de acordo como discurso de Akhenaton, sendo assim, o filho atende o desejo de seu pai, e realiza para o mesmo, todos os monumentos citados no segundo grupo, dessa forma, o rei aumenta sobremaneira a

visão a respeito do deus, promove a imagem do demiurgo e a sua própria imagem, se tornando relacionados e compartilhando de um reinado de duplo governo, onde o deus se torna rei do Egito por intermédio do Faraó, e o Faraó se torna deus solarizado através do demiurgo, sendo no Faraó a maior representação terrestre do deus, uma vez que o Aton só é conhecido por intermédio dele.

Dessa forma, entendemos que Akhenaton e sua relação direta com o deus, fica registrada nas ações que o mesmo ordena em nome de deus e para o deus, criando assim o fortalecimento de seu nome. Analisando o conjunto dessas três tabelas elaboradas, fica mais claro pensar nas reflexões divinas, sobre o deus Aton no episódio Amarniano e o como o mesmo será apresentado por seu filho, nessa nova formulação político-religiosa.

O Aton ordena a construção de sua cidade, de acordo com a justificativa de Akhenaton e, assim, o monarca segue as demais realizações. O texto pode ser compreendido de certa forma como uma justificativa, para a fundação da cidade, e a relevância e a importância do deus, neste novo cenário de reorganização cósmica proposto pelo monarca. A relação paterna, no qual o filho, agrada o seu pai, também aparece como fator indispensável, para essa nova formulação, também sendo uma justificativa das ações do rei ao longo de seu reinado. concluimos que a utilização do discurso paterno como símbolo de poder e ferramenta política, merece uma observação mais abrangente para compreendermos de uma forma mais ampla este questionamento.

Referências

ASSMANN, Jan. *The search for a God in Ancient Egypt*. Londres: Cornell University Press, 2001.

BAINES, John.; MÁLEK, Jaromir. *O mundo egípcio: deuses, templos e faraós*. Madrid: Ediciones del Prado, 1996.

COELHO, Liliane Cristina, *Mudanças e Permanências no Uso do Espaço: A cidade de Tell El-Amarna e a questão do urbanismo no Egito Antigo*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015

FERREIRA, Carolina velloza. *A imagem, o faraó e o deus na época de Amarna, continuidades e rupturas: Egito século XIV a.c.* 2018. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CARDOSO, Ciro. F, “*De Amarna aos Ramsés.*” Rio de Janeiro, Phoênix/UFRJ. Ano VII, 2001.

CHAPOT, Gisela. *O Grande Hino ao Aton e a Expressão da Teologia Amarniana*. Revista Mundo Antigo, Rio de Janeiro, Ano II, V. 2, N° 04, 2013

CARREIRA. Paulo. Textos da Religião de Aton. Revista Lusófona de Ciência das Religiões, Lisboa, Ano III, 2004.

Mitos gregos da antiguidade e Danças Circulares Sagradas: o diário de viagem de uma dançarina-pesquisadora

Ancient Greek Myths and Sacred Circle Dances: A Research-Dancer's Travel Diary

Natália Eilert Barella¹

O presente trabalho busca realizar uma incursão no mundo grego, através do diário de viagem de uma dançarina-pesquisadora, durante uma viagem de pesquisa e aprendizado na Grécia no ano de 2010. Nesta viagem foram realizadas, de forma informal, diversas pesquisas, incluindo interesses na área da História, formação principal da pesquisadora, e na área de dança, principal atuação profissional da dançarina. Neste período histórico o Brasil vivia outra realidade econômico-social e o mundo não contava com tanta tecnologia e informação. Dentro deste percurso, não era possível contar com smartphones, e o computador que foi levado para arquivar os registros, acabou se danificando na volta, fazendo com que todas as imagens (exceto algumas salvas em e-mail) fossem perdidas.

Voltando um pouco no tempo, e com base em uma pesquisa pregressa², intitulada “A PENA E O PAPEL. A Interpretação do Rio Grande do Sul nos textos dos viajantes do século XIX”, realizada no ano de 2008 através do programa de iniciação à pesquisa científica da Universidade de Caxias do Sul (BIC-UCS), na qual a

¹ Mestranda em Letras e Cultura pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista PROSUC/Capes

² Pesquisa realizada com orientação da Profa Dra Marília Conforto, que tinha como objetivo principal, analisar o conceito de viagem como contribuição à historiografia do Rio Grande do Sul e como um deslocamento espaço-temporal que possibilita ao leitor, do diário de viagem, múltiplas viagens: Em si mesmo e naqueles que entrarem em contato com as suas memórias.

pesquisadora adentrou nos diários de viagens dos viajantes franceses no Rio Grande do Sul, o diário de viagem como registro histórico, foi um recurso utilizado também nesta viagem, e acabou (com a perda das fotografias do computador), virando a principal referência das pesquisas e vivências realizadas, a posteriori, sobre este mergulho na cultura grega.

Nesta primeira pesquisa sobre os viajantes, foram trabalhados, conforme conceitua a jornalista Marília Cecília Guirado, em seu livro *Relatos do Descobrimento do Brasil. As Primeiras Reportagens* (2001), os três elementos que permeiam a viagem, seja ela real ou imaginária: a partida, o percurso e o regresso. A Partida, simbolizaria o desejo e a expectativa, onde se evidenciariam os riscos e perdas inevitáveis a quem se lança ao desconhecido; O Percurso, que demarcaria o período de maior ação, transformações e descobertas; e O Regresso, onde se encontrariam os relatos pessoais, mediados pelo viajante no momento de eleger o quê e como transmitir. Outro ponto importante na pesquisa foi a relevância destes diários como contribuição à pesquisa histórica.

A Partida

De volta ao universo acadêmico e dentro do mestrado em Letras e Cultura³, durante o Estágio de Docência na disciplina "História da Antiguidade Clássica", junto ao curso de História, e com supervisão da Prof. Dra. Cristine Fortes Lia, o resgate

³ No PPGLET – Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

desses registros, dentro de conceitos contemporâneos de egodocumentos, unido à temas aprofundados no mestrado, desvelaram-se como um percurso de pesquisa, e como um elo entre Grécia Antiga, mitologia, ritos, danças, religiosidade, letras e cultura.

Desta miscelânea nasceu o trabalho aqui apresentado, buscando partilhar movimentos, que desde a antiguidade até os dias atuais, motivam que viajemos, como escritores e como leitores, em busca de respostas ou simbologias, que respondam aos anseios e perguntas humanas, nos ciclos de vida-morte-vida ou no movimento das sociedades. Nesse sentido, o estudo aqui apresentado aborda o diálogo entre os mitos gregos da antiguidade e as Danças Circulares Sagradas por meio de uma experiência pessoal, registrada em um diário de viagem.

Conceituando mito, segundo Mircea Eliade: “O mito conta uma história sagrada, quer dizer, um acontecimento primordial que teve lugar no começo do Tempo, *ab initio*” (ELIADE, 2020, p.84), e aprofunda:

Este é um aspecto do mito que convém sublinhar: o mito revela a sacralidade absoluta porque relata a atividade criadora dos deuses, desvenda a sacralidade da obra deles. Em outras palavras, o mito descreve as diversas e às vezes dramáticas irrupções do sagrado do mundo (...) A função mais importante do mito é, pois, “fixar” os modelos exemplares de todos os ritos e de todas as atividades humanas significativas: alimentação, sexualidade, trabalho, educação etc (ELIADE, 2020, p.86 e 87).

Por Danças Circulares Sagradas entende-se a denominação dada às danças que se dão em formato circular e representam a entrada em um espaço-tempo sagrado, reconhecida em praticamente todas as civilizações primevas conhecidas e, que ressurgiram no mundo contemporâneo na década de 70, através do estudo do

bailarino Bernhard Wosien na ecovila⁴ de Findhorn, na Escócia. Segundo o próprio

Bernhard:

A dança é a linguagem figurativa mais imediata que fluiu do hábito do movimento. Ela é tida, enfim, como o primeiro testemunho de comunicação criativa. Nos povos que ainda atribuem um sentido ao invisível, a dança é, ainda hoje, pedido e oração. Nela, o homem consegue exteriorizar todos os atos primevos da alma, desde o medo até a entrega libertadora (WOSIEN, 2000, p. 28).

Por diário de viagem entende-se o registro escrito do viajante, de forma a registrar as percepções, acontecimentos e vivências da viagem, bem como a visão do outro e da região. Em 1984, a historiadora Miriam Moreira Leite, organizou uma coletânea de textos dos viajantes, com foco na condição feminina no Rio de Janeiro no século XIX. Sobre a escolha da literatura de viagem para esta pesquisa a autora justificou:

Não foi ocasional a escolha desta documentação. Algumas características da literatura de viagem contribuem para torná-la uma primeira etapa promissora, na construção de uma história da condição feminina. São elas: o caráter unitário e global de cada um dos livros, o fato de os autores dos documentos serem estrangeiros, de passagem pelo Brasil e sua condição de fontes primárias que provocaram a produção de outros textos, em reação à sua publicação (LEITE, 1984, p.17-18).

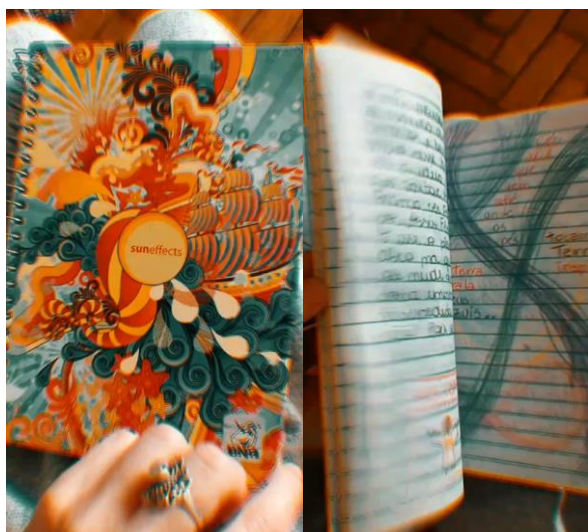
Outro conceito importante que se faz presente neste trabalho é o de egodocumentos. Por egodocumentos, os pesquisadores Augusto César Luiz Britto e Analaura Corradi (2018) conceituam:

⁴ Comunidade intencional com visão ecológica, sustentável e cooperativa.

O termo “Egodocumento”, na literatura arquivística, é apresentado no livro “Tempo e Circunstância”, de 2007, autoria de Ana Camargo e Silvana Goulart, cuja temática principal é em torno dos Arquivos Pessoais. As autoras conceituam “egodocumentos” como aqueles documentos não tradicionais de procedência administrativa, isso é, documentos oriundos do espaço doméstico e que contêm elementos da personalidade do autor (BRITTO; CORRADI, 2018, p.99)

Portanto, pode-se afirmar que os diários de viagens também se enquadram nesta categoria de documento. Desta forma, a principal fonte de consulta para este trabalho foi o diário de viagem, que acompanhou a pesquisadora-dançarina, por seu percurso de quase dois meses em solo grego.

Figura 1 – Diário de viagem



Fonte: acervo da autora

O Percurso

O diário de viagem continha o caminho percorrido, e suas interpretações, desde a chegada em solo grego. Caminho este, muito focado na dança, uma vez que o objetivo principal da viagem foi a realização de um curso de Danças Circulares Sagradas para mulheres, com a professora Laura Shannon, em Molivos, na famosa

ilha de Lesbos; e na Mitologia Grega, sendo um dos fatores guias para as cidades escolhidas no percurso da viagem.

Em relação às Danças Circulares Sagradas, pode-se encontrar no diário, referência ao seu aspecto onipresente na cultura grega, podendo ser observada em praticamente todas as atividades sociais e coletivas, principalmente nas ritualísticas (como casamentos, festas, aniversários, encontros, etc), tendo a dançarina tido a oportunidade de participar de diversas rodas de danças em restaurantes e eventos.

Figura 2 – Dança em um restaurante em Molivos - Lesbos



Fonte: acervo da autora

Uma bailarina que teve grande relevância na História da Dança artística, Isadora Duncan (1877-1927), tinha grande inspiração na mitologia grega. O vestuário que ela adotou, sua leveza e naturalidade, sua poesia dançante foi muito inspirada na cultura grega. Ela era uma grande amante da Grécia e de suas artes. E através de sua inata inspiração artística e libertária, ela transformou história, música e poesia em movimento. Através do seu corpo se pode vivenciar um pouco (ou muito), de tudo isso. Em sua autobiografia Isadora faz inúmeras referências à arte grega, bem como

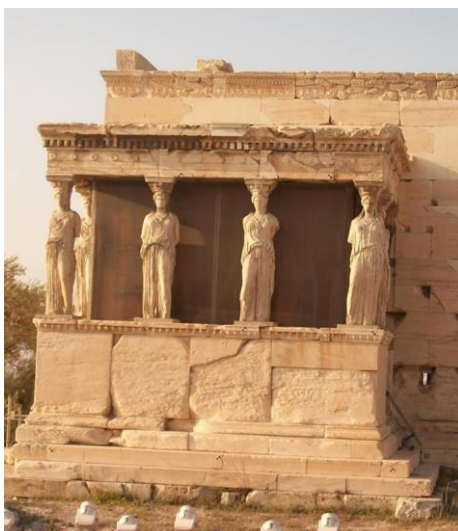
à sua mitologia e história. Quando foi questionada sobre quem a ensinara a dançar ela respondeu:

Tersíope, a musa da dança. Aprendi a dançar no instante em que fiquei em pé. Dancei a vida toda. O ser humano, a humanidade inteira, o mundo todo precisa dançar. Foi assim e assim será. É inútil as pessoas interferirem nisso e se recusarem a admitir uma necessidade natural dada pela natureza (DUNCAN, 2012, p. 147).

Ao observar os gregos dançando, pode-se perceber em seus movimentos, muitos elementos de reta, tempos marcados, metricamente sincronizados, um ritmo que pode ser associado à conhecida visão ocidental de mundo. Outro fator na dança circular grega que chama a atenção é a preservação de sua atmosfera sagrada, que pode ser relacionada a visão mitológica.

Em relação à mitologia propriamente dita, a conclusão é similar. A História viva na Grécia é amalgamada com a sua Mitologia. As mitologias clássicas gregas, como o caminho trilhado por Hércules em seus 12 Trabalhos, ou também os sítios arqueológicos como o labirinto do Minotauro em Cnossos, foram cruciais nas escolhas de cidades e regiões, por onde a pesquisadora foi se movimentando. Outra percepção acentuada no diário é o quanto a mitologia grega conversa com a forma de ser do povo grego, parecendo ser fator constitutivo do mesmo. Dentro da Acrópole, no Templo do Erecteion, em Atenas, através da figura das Cariatides dança e mitologia se misturam numa mesma representação.

Figura 3: Cariátides do Templo de Erecteion, Acrópole, Atenas



Fonte: acervo da autora

E a representação do feminino na dança, também é um aspecto que envolve a História da Humanidade, como bem exemplifica como Roberto Rossi Jung em seu livro *Maria Baderna*:

...as mulheres sempre foram o centro representativo da dança, como demonstra, talvez, a mais antiga imagem, descoberta na caverna de Cogul, província de Lérida, na Espanha. A cena gravada cerca de 8300 a.C. (período Mesolítico) mostra nove mulheres em torno de um homem despido, segundo algumas interpretações indicando um ritual de fertilidade (JUNG, 2008, p. 53)

Já a união entre mitologia e dança, na Grécia, como aspecto central deste trabalho, é observável sendo presente através do rito (tendo rito o aspecto de reatualização do mito) de dançar, e mantendo presente a figura destes mitos nas coreografias dançadas e no próprio ato de dançar. Como escreve a pesquisadora Maria Gabriele Wosien:

Desde o ponto de vista da Grécia Antiga, a origem da criação artística se encontra muito próximo ao divino: os deuses mesmos são músicos, poetas e bailarino, e são mais semelhantes aos homens, quando estes se entregam

felizes à música, a dança e ao jogo; quando celebram festas onde alma e corpo estão totalmente integrados um ao outro. A unidade dos sentidos conduz, finalmente a reconhecer o deus interior, à contemplação religiosa, já que para os gregos antigos, mais próprio e original de cada alma coincide com o princípio criador. (WOSIEN,2013,p. 9)⁵

O Regresso

Encaminhando para o fim deste percurso de viagem-dança-pesquisa-história, pode-se afirmar que realmente tanto as danças, como os mitos, são elementos importantes de ser observados quando se busca compreender melhor a cultura grega, esse “outro” tão elementar para a História Ocidental.

Para a pesquisadora-dançarina, resgatar estes relatos e organizá-los de forma a partilhar um pouco do vivenciado, é uma grande oportunidade de olhar de novo para esta civilização e para esta História que é tão importante também para nós. Ainda que sejamos o Sul global, e hoje tenhamos consciência das implicações dessa colonização, é inegável o vínculo que possuímos, ainda mais como historiadores, com esta História e com sua mitologia.

Como dançarina esta experiência foi crucial para entender como as danças passadas de geração em geração, podem sempre representar algo novo, e ainda assim falar do antigo. Como pesquisadora, me ensinou que a pesquisa se dá de diferentes formas e que, como os viajantes que eu estudei ainda na graduação, a viagem nos ensina a valorizar conceitos universais, como: a solidariedade, manifesta na hospitalidade de quem nos recebe, e a capacidade de, ao olhar o “outro”, olhar

⁵ Tradução da autora.

novamente para nós mesmos, podemos conhecer nossa própria cultura, e a partir dela, conhecer com mais profundidade a cultura do “outro”.

Hoje, esse diário, me possibilita que eu siga viajando, pesquisando e dançando, de outras maneiras, gerando sempre novas viagens.

Referências

BRITTO, A. C. L.; CORRADI, A. Egodocumentos: os documentos que expressam a personalidade, intimidade e motivações dos titulares de arquivos pessoais. *BIBLOS*, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 98–129, 2019. DOI: 10.14295/biblos.v32i2.7968. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7968>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DUNCAN, Isadora. *Minha Vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

GUIRADO, Maria Cecília. *Relatos do descobrimento do Brasil: as primeiras reportagens*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001

JUNG, Roberto Rossi. *Maria Baderna*. Gramado: Editora das Hortências, 2008

LEITE, Míriam Lifchitz Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. [S.l: s.n.], 1984.

MAYA, Ivone da Silva Ramos. “Anti-viajante que sou: o conceito de viagem na obra de Mário de Andrade.”. *Revista Ipotesi* - revista de estudos literários. Universidade Federal de Juiz de Fora v. 3, n.1 (1º sem. 1999). Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.

WOSIEN, Bernhard. *Dança: um caminho para a totalidade*. São Paulo: TRIOM, 2000.

WOSEIN, Maria-Gabriele. Grécia: *Danza y Mitos*. Buenos Aires: Lumen. 2013.

A reconfiguração da Cisjordânia a partir de 1967: um estudo sobre espaço, território e fronteira

The reconfiguration of West Bank from 1967: a study of space, territory and border

Regina Kátia Fritsch¹

Introdução

O território palestino tem sofrido importantes transformações espaciais em decorrência da chamada Guerra dos Seis Dias de 1967, durante os quais o ataque de Israel sobre as forças árabes do Egito, Síria e Jordânia foi devastador. O Estado de Israel ampliou seu território, anexando as Colinas de Golan, Gaza, a Península do Sinai e a Cisjordânia, incluindo a parte leste de Jerusalém. Em novembro de 1967, o conselho de Segurança das Nações Unidas, determinou, por meio da Resolução 242, que Israel retirasse as forças armadas dos territórios palestinos ocupados, porém, o governo de Israel não cumpriu o acordo. Esse fato deu origem a árduas e intensas negociações de paz destinadas a regularizar a situação dos territórios anexados por Israel.

A fragmentação espacial, que é a principal característica dessas políticas israelenses, mudou a forma como costumamos ver e conceber um território, ou seja, em sua espacialidade plana, com população permanente, governo e finalidade, desfrutando de estabilidade e fixidez. Já a questão da terra para os sujeitos envolve

¹ Graduada em Letras e mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Contato: 63521@upf.br).

direito ao movimento e à subsistência, que é exatamente o que lhes confere o sentimento de pertencimento espacial, porque é relativo à origem. Assim, a dinâmica da fragmentação territorial reconfigurou a Cisjordânia uma vez que a dividiu em uma rede complexa de fronteiras internas e várias células isoladas (MBEMBE, 2018, p. 136). Tais práticas de fragmentação espacial impedem o povo palestino de exercer o controle total sobre o seu território.

Segundo Weizman (2017, p. 208), essas ações constituem “a política da verticalidade”, ou seja, um projeto arquitetônico de ocupação que envelopa cada cidade palestina e vila pelo espaço israelense em três dimensões, em uma separação entre espaço aéreo e terrestre, se estendendo até o subsolo.

Em 2002, Israel dá início à construção de um muro dentro da Cisjordânia cuja estrutura é montada por um verdadeiro aparato de elementos tais como: cercas eletrônicas, arame farpado, câmeras, radares, trincheiras, blocos de concreto, que em alguns pontos chegam à 8 metros de altura e inúmeros *checkpoints*² ao longo de toda sua extensão, os quais servem para vistoriar e restringir o ir e vir das pessoas que necessitam atravessar para o outro lado, submetendo-os a passar por corredores estreitos cercados por grades. Oficialmente, o muro foi construído em 2000, em resposta à segunda Intifada³.

² *Checkpoints*, tradução do autor do artigo como ‘postos de controle’.

³ *Intifada* é um termo árabe que significa ‘insurreição/revolta’. A segunda intifada, em 1987, foi uma insurreição popular palestina contra as forças policiais israelenses, após Ariel Sharon ter visitado a mesquita Al-Aqsa, local mais sagrado para os muçulmanos, no Monte do Templo, na cidade velha de Jerusalém. O ato foi visto como provocação, pois a visita aconteceu durante o horário de oração dos muçulmanos, quando Ariel Sharon entrou na mesquita acompanhado da polícia de choque israelense.

O objetivo deste artigo é compreender de que forma a transformação espacial reconfigurou a Cisjordânia em um território pontilhado de bolsões populacionais de alta densidade demográfica ao mesmo tempo em que evidenciou a natureza elástica e imprevisível das fronteiras, criando, com a construção dos assentamentos, uma 'geografia insolúvel' (WEIZMAN, 2017, p. 8).

Para tanto, a fundamentação teórica deste trabalho apoia em bibliografia especializada e, fundamentalmente, nas considerações feitas pelo historiador Neve Gordon⁴ e pelo arquiteto e urbanista Eyal Weizman acerca das políticas espaciais adotadas pelo governo de Israel. A metodologia proposta aqui propõe considerar a realidade que tem sido criada pela divisão/separação a partir de fronteiras, assentamentos e muros e a forma pela qual as interações moldam as relações entre israelenses e palestinos.

A Cisjordânia é uma região montanhosa e semidesértica que em sua grande parte não é muito propícia à agricultura. No entanto, o projeto arquitetônico de ocupação de Israel garante cada vez mais a contínua construção de assentamentos e postos de controle que mudam a geografia espacial do território continuamente. A própria tipologia do terreno vai ditando as formas pelas quais as construções são estabelecidas.

O ato gerou uma série de protestos, durante cinco anos, e milhares de mortos, principalmente palestinos. Ver: www.passia.org.

⁴ Neve Gordon é um historiador israelense, professor de direito internacional e direitos humanos na Queen Mary University-London,

A organização física do terreno mostrou ser rígida e elástica. Elástica porque incorpora continuamente elementos que mudam sua forma e organização, rígida em seu efeito material sobre vários aspectos da vida diária na Cisjordânia. As fronteiras dos territórios ocupados, ao contrário, não são fixas, são elásticas, se transformam constantemente dependendo do interesse político de cada caso. A determinação das fronteiras pelas forças atuantes de israelenses e por dispositivos como, blocos de assentamentos, muros, barreiras, postos avançados, zonas especiais de segurança, que são por vezes temporários, nos permite dizer que as fronteiras não são fixas, são elásticas, estão constantemente mudando.

Os topos das colinas são às vezes ocupados temporariamente com famílias de colonos com seus trailers ou contêineres que podem ser removíveis, temporários. Nesse sentido, cabe trazer à discussão o caso de ocupação de Migrom que evidencia outro método de apropriação aos quais os colonos recorreram como forma de obter permissão oficial para se estabelecerem na Cisjordânia. Alguns colonos reclamaram para os militares israelenses da má recepção de sinal de seus celulares, fato que levou o fornecedor Orange, empresa de eletricidade de Israel, a concordar em construir uma antena na área. Migrom foi o topo escolhido e hoje é o maior dos 103 postos da Cisjordânia, acolhendo mais de 42 famílias no cume de um morro. Começava a se estabelecer assim, outro método de colonização favorável também a função militar, considerando a boa visibilidade, localização de GPS e outros dispositivos necessários para soldados e suas unidades que foram levados para lá.

Com relação aos assentamentos, é importante analisar um bloco de assentamentos ao sul de Bethlehem, que atravessa a Cisjordânia, para melhor compreender como assentamentos israelenses e bolsões palestinos coexistem nessas condições. Esse bloco se estende a partir do assentamento Beitar Illit a oeste, através do Conselho Regional Gush Etzionl a sudoeste de Bethlehem e o assentamento Efrat, até os assentamentos Nokdim, Tekoa, Ma'ale Amos e Asfar até a borda do deserto da Judeia a leste e os *outposts*⁵ em seu entorno. Israel tem investido esforço no intuito de estender esses assentamentos ainda mais ao norte e à leste até o Vale do Jordão.

De acordo com o relatório de Be'Tselem (BE`TSELEM, 2021), os casos de blocos de assentamentos, usurpam terras palestinas, estradas, áreas cultiváveis e áreas comerciais. A forma com a qual esses blocos fragmentam o espaço bloqueia qualquer possibilidade de desenvolvimento dos palestinos. À medida que os assentamentos crescem os bolsões encolhem, ocasionando assim alta densidade demográfica do lado palestino. E no dizer de Eyal Weizman (2017, p. 8), muitos dos assentamentos foram construídos com o objetivo de criar uma 'geografia insolúvel'.

De acordo com o historiador israelense Neve Gordon (2008), a estrutura colonial dos Acordos de Oslo⁶ de setembro de 1993 precisa ser substituída. O autor sugere

⁵ "outposts": postos avançados, geralmente no topo das colinas, com famílias morando em trailers, que são usados para controle e policiamento por polícias, diferente de 'checkpoints', que também são postos de controle e policiamento, porém, em estradas e muro.

⁶ Os Acordos de Oslo foram uma série de acordos firmados na cidade de Oslo-Noruega em 1993, entre o primeiro-ministro de Israel, Ytzak Rabin, e a Organização para a Libertação da Palestina,

que a resposta para a reestruturação espacial da Cisjordânia repousa na forma como interpretamos os textos dos Acordos de Oslo, que foram apresentados ao público como 'Acordos de Paz', ao invés de modificação ou substituição das formas existentes de controle, transferindo o foco da narrativa para a paz e não para as ações. Sendo assim, provavelmente, muito do que estamos testemunhando hoje não estaria acontecendo.

Ao invés disso, Israel reorganizou a Cisjordânia em áreas A, B e C, criando com isto uma série de fronteiras internas sob suas leis e regulamentos. A Autoridade Palestina tem completa responsabilidade sobre as instituições civis das três áreas. No entanto, como mostrado acima, as áreas nas quais os palestinos têm o controle, são como bolsões populacionais isolados uns dos outros e sem conexão com o mar, enquanto que as áreas controladas pelos israelenses são corredores estratégicos que interrompem a continuidade do território da Cisjordânia.

O arquiteto urbanista forense israelense Eyal Weizmann nos oferece uma visão mais complexa sobre a espacialidade, ocupação, urbanização e territorialização da Cisjordânia que nos permite elevar o nosso nível crítico em relação à forma como analisamos essa questão. Em seu dizer, o território está dividido em três planos políticos: a superfície, bolsões (sem saída para o mar) de controle dos palestinos, e o subsolo. Dessa forma, esse misto de engenharia social e arquitetura espacial permite

OLP, representada por Yasser Arafat, com mediação do então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton.

que se controle a água, recursos minerais e o espaço aéreo acima das áreas palestinas.

O espaço israelense envelopa toda cidade palestina e vila em três dimensões. Sendo assim, a mobilidade do palestino é restringida e submetida ao controle e policiamento, se um palestino desejar dirigir-se para fora de seu enclave terá que atravessar corredores estreitos e postos de controle, os *checkpoints*, uma cerca de arame farpado, ou o muro. A rede de rodovias dos israelenses os conecta a qualquer lugar, aos seus assentamentos entre si e a Israel, mas restringe a mobilidade dos palestinos no seu ir e vir diário.

Para construir ou reformar suas casas, ou cavar um poço, o palestino precisa obter permissão do Estado de Israel, caso contrário enfrentará sanções. O espaço aéreo é controlado por um sistema sofisticado de tecnologia de ponta, o olho que tudo vê. Já aos palestinos, não é permitido ter força aérea, e nem tão pouco uma linha aérea nacional, mas precisam da permissão de Israel caso queiram entrar no espaço aéreo. No contexto da política da verticalidade, a ocupação dos céus adquire um caráter de suma importância, uma vez que a maior parte do policiamento é realizada a partir do ar. A precisão que todo o aparato da tecnologia de ponta oferece para o espaço aéreo também permite que seja realizada uma leitura tipológica minuciosa do terreno, adequada aos propósitos das políticas de expansão, tornando possível a apropriação de recursos de terra, água e espaço aéreo (MBEMBE, 2018, p. 47).

O subsolo é de acesso restrito para impedir o acesso à água. Para Weizman (2018, p. 12), a geologia política da Palestina começa nos aquíferos subterrâneos. A

maioria dos lençóis subterrâneos está sob a Cisjordânia, porém, 80% deste recurso foram alocados para Israel. É por meio do arranjo de separação em camadas que percebemos a política da verticalidade.

Os estudos sobre os espaços de ocupação nos revelam o significado político através das estruturas, da construção de fortificações, da estética das moradias, dos mecanismos de controle de circulação e fluxo, das táticas legais para anexação de terras, da iluminação das estradas, do mapeamento e tecnologia de ponta para estabelecer tudo isso, são todos instrumentos evidentes de controle para a racionalidade política em questão.

Muros construídos com o propósito de separar um país do outro ou uma população de outra, o que são senão instrumentos para gerar ausência de alteridade. Estamos falando de condenar pessoas à imobilidade, de repressão à liberdade, e poderíamos aqui continuar mencionando outras consequências que um muro, quando dentro deste contexto de pós-guerra do qual estamos falando, provoca.

O muro dentro do território da Cisjordânia, que começou a ser construído em 2002, tem cerca de 760km, envelopa e isola cidades e vilas palestinas, e pode-se dizer que se trata de um espaço singular, que não poderia ser definido nem como fronteira nem como zona fronteira, considerando que foi levantado em territórios ilegalmente ocupados, mas um espaço militarizado que simboliza a ocupação e uma maneira de manter o *status-quo* excludente. Sua estrutura complexa é montada para o controle, um verdadeiro aparato de elementos distribuídos quase que por toda sua

extensão, barreiras, cercas eletrônicas, arame farpado, postos de controle, câmeras, trincheiras, radares, entre outros mais. É um sistema de vigilância e confinamento.

O regime de ocupação do Estado de Israel nos Territórios Ocupados, as violações da lei internacional e direitos humanos, especialmente quanto aos assentamentos, impacta direta e negativamente a vida da população palestina que tem que viver subjugada a um sistema compartimentado complexo de exclusão espacial, justificada pela presença dos fatos expostos não só por estudos como esse, mas por muitos outros dentro do escopo acadêmico.

Portanto, a partir das reflexões extraídas da bibliografia considerada neste artigo e dos autores mencionados, também podemos concluir que a geografia espacial da Cisjordânia demonstra que há uma geografia criada para ser insolúvel. A política da verticalidade estabelecida através de uma combinação de planos arquitetônicos complexos variados, investidos para o controle, policiamento, expropriação de terras e casas, usurpação de recursos, principalmente hídricos. Por onde quer que se olhe, o que se encontra é uma paisagem desoladora, assentamentos israelenses x bolsões de alta densidade demográfica, um planejamento urbano espacial estrategicamente organizado para promover o caos e a segregação. Enfim, a geografia espacial da periculosidade.

A periculosidade instituída na forma de um muro interfere nas inter-relações sociais de ambas as populações, no que se refere à convivência pacífica entre as duas populações. O “emuramento” praticado pelo Estado de Israel segrega e exclui o outro, porque o outro não é reconhecido como soberano em seu próprio território.

Segundo Achille Mbembe, sob condições de soberania vertical e ocupação colonial fragmentada, comunidades são separadas segundo um eixo de coordenadas (MBEMBE, 2018, p. 46). Qualquer lugar na Cisjordânia é um campo de batalha. O palestino encontra-se no entre lugar, entre a presença e a ausência, na presença a ameaça, na ausência a saudade, a saudade daqueles que partiram.

Referências

AL TAHAN, Zena. The Naksa: How Israel occupied the whole of Palestine in 1967. *Aljazeera*, jun. 2018. Disponível em:

<<https://www.aljazeera.com/features/2018/6/4/the-naksa-how-israel-occupied-the-whole-of-palestine-in-1967> Acesso em 01/08/2021> Acesso em: ago. 2021.

BUSBRIDGE, Rachel. Performing colonial sovereignty and the Israeli “separation” wall. *Social Identities, Journal for the Study of Race, Nation and Culture*. v. 19, issue 5, p. 653-669, set. 2013. Disponível em:

<<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13504630.2013.835514>> Acesso em: ago. 2021

FANON, Frantz. *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GORDON, Neve. *Israel's Occupation*. Califórnia: University of California Press, 2008.

HUSEIN, Muhamed. *A Intifada como gesto*. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem), Santa Catarina: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2019.

KHALIDI, Rashidi. *The Hundred Years' War on Palestine*. New York: Picador, 2021.

LEIN, Yehezkel; WEIZMAN, Eyal. Land Grab: Israel's settlement Policy for the West Bank. *B'TSELEM*, mai. 2002.

MAQUSI, Samar. Refugee in a Moving World: Tracing refugee and migrant journeys across disciplines. 25 The Palestinian scale: Space at the intersection of refuge and host-country policies. UCL Press, 2020. p. 382-401.

MATOS, Soraya Misleh. Contra a limpeza étnica do povo palestino, memória e história. *Malala*, n.3, v. 1, p. 60-67, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/malala/article/view/97486/96412>> Acesso em: 12 ago. 2021

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N-1 edições, 2018.

NOGUEIRA, Julia. David contra Golias: A periculosidade da alteridade e a aquiescência ao intolerável. *Cadernos de Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-36, abr. 2019. Disponível em: <www.maxwell.vrac.puc-rio.br/37922/37922.PDF> Acesso em: 31 jul. 2021.

Q&A Threshold Cross. Human Rights Watch, abr. 2021. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2021/04/27/qa-threshold-crossed>> Acesso em: jul. 2021

SAHD, Fabio Bacila. Apartação na área C da Cisjordânia: Analisando colônias, estradas exclusivas, patrimônios e planos diretores a partir dos direitos humanos (1980-2014). In: XV Encontro Regional de História UFPR-Curitiba-PR. *Anais...* Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467126271_ARQUIVO_Artigoanpuh20162.pdf> Acesso em: jul. 2021.

WEIZMAN, Eyal. *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation*. London: Verso Books, 2017.

Asiriografía y Egiptografía desde el Sur Global: un giro historiográfico contrahegemónico para los Estudios del Próximo Oriente antiguo

Assyriography and Egyptography from the Global South: a counter-hegemonic historiographic turn for Ancient Near Eastern Studies

Rodrigo Cabrera¹

Leila Salem²

Introducción

En el universo de las Humanidades a partir de la modernidad, ha sido preponderante una episteme fundamentada en una triple conjunción de sistemas de dominación: (a) el racismo amparado en el occidentalocentrismo; (b) el clasismo cimentado a partir del capitalismo; y (c) el machismo sostenido por el patriarcado. Así, el orden mundial burgués, patriarcal y occidentalocentrado contribuye desde el ámbito académico al establecimiento de formas discursivas dominantes y

¹ Doctorando en Historia por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (FFyL, UBA). Licenciado en Historia por la misma universidad. Docente de la materia Historia Antigua I (Oriente) en la misma casa de estudios. Ha sido becario doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET, Argentina) con lugar de trabajo en el Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas (IMHICIHU, CONICET). Miembro del Grupo de Lenguas y Escrituras de Oriente (GELEO, Argentina). E-mail: cabrera.pertusatti@gmail.com

² Doctora y Profesora en Historia por la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata (FaHCE, UNLP). Docente de la materia Historia General I (Cercano Oriente) en la misma casa de estudios. Ha sido becaria doctoral y posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET, Argentina) con lugar de trabajo en el Centro de Estudios de Sociedades Precapitalistas del Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (CESP, IdIHCS, CONICET), en el cual se desempeña como investigadora. En la actualidad, es integrante del Proyecto Amenmose, misión arqueológica en Egipto en la Tumba Tebana 318. Asimismo, es miembro del Grupo de Lenguas y Escrituras de Oriente (GELEO, Argentina). E-mail: leilasalemunlp@gmail.com

autorizadas con sus respectivos privilegios frente a los discursos subalternos. Por consiguiente, el sostenimiento abroquelado de dicho enfoque científico también refiere a la defensa de un “modelo de civilización” que, si bien ha dado indicios de procesos de fragmentación, tiene la capacidad de recomponerse y mantenerse intacto a nivel estructural en muchos sentidos: sobre todo, a partir de las modalidades reaccionarias que, en diferentes partes del globo, se manifiestan en lo político, lo económico y lo sociocultural.

A partir de lo expuesto, en esta comunicación, proponemos una revisión mediada por las discusiones dadas en Humanidades a partir de los giros poscolonial/decolonial, material-cultural y lingüístico, los cuales habilitan a su vez un giro historiográfico en el caso de los Estudios Orientales. Para ello, desde el Sur Global, planteamos una Asiriografía y una Egiptografía que faculten una reflexión sobre las herramientas y formas de abordaje imperantes sobre las sociedades de Asia y África antiguas.

Planteo general

Los denominados Estudios del Próximo Oriente antiguo (en inglés, *Ancient Near Eastern Studies*; en francés, *Études anciennes du Proche-Orient*, y, en alemán, *Altorientalistik*), de ahora en adelante EPOA, nacieron a la par del desarrollo de las Ciencias Humanas en el mundo occidental. Asimismo, al igual que otras disciplinas humanas, como la Antropología y/o la Sociología decimonónicas, el paradigma imperante fue el positivista. De acuerdo a esta perspectiva, toda sociedad humana habría atravesado por una serie de estadios evolutivos (salvajismo, barbarie y

civilización) , idea conectada a la bandera del progreso indefinido que proponía el capitalismo.

Por un lado, al calor de las transformaciones acontecidas en el seno del sistema capitalista, en especial, con la proyección de una forma de dominación imperialista y la construcción de un nuevo “orden neocolonial” (HALPERÍN DONGHI, 1967, p. 207 ss.), el mundo fue repartido en zonas de influencia y control. De este modo, sobre los continentes asiático, africano y latinoamericano operó una lógica de control político y económico que significó la explotación y el sometimiento en el plano sociocultural de las poblaciones nativas. Luego del mito del “buen salvaje” rousseauiano -el cual había tenido diversos adeptos e interlocutores previos al Iluminismo francés durante el Renacimiento e, incluso, continúa siendo defendido por varios intelectuales en la actualidad- y el exotismo romántico ante las sociedades indígenas, sobrevino el paradigma positivista, el cual las ubicó en un lugar de inferioridad absoluta ante la Europa industrial y “civilizada”.

Por otro lado, a la par de los cambios del capitalismo, tanto internos como externos, las Ciencias Humanas construyeron una serie de relatos que otorgaron herramientas a las potencias imperialistas del siglo XIX y contribuyeron en el fortalecimiento hacia adentro de los Estados-nacionales europeos. Las disciplinas que cooperaron en dicho proceso fueron la Historia, en tanto creadora de ficciones necesarias para forjar un nosotros cohesivo; la Antropología, para entender y disciplinar a esos otros salvajes y distintos; y, finalmente, la Sociología, la cual hacía

foco en esos otros al interior de los Estados-nacionales y que debían ser disciplinados (la naciente clase obrera).

No obstante en el paradigma positivista y su correlato en el darwinismo social spenceriano, las discusiones no se presentaron en absoluto de manera homogénea, aunque se reconocía cierto corpus hegemónico de ideas. Por ello, el relato colonialista se forjó y materializó a partir de la existencia de unas “razas civilizadas” y otras “razas salvajes”, de las que hablaba la Antropología del momento. De todos modos, a raíz de los viajes e incursiones militares en algunos países africanos y asiáticos, comenzaron a circular una serie de objetos que ya se conocían desde el siglo XVI con el nombre de “reliquias” y/o “antigüedades” (ASSMANN, 2005). Estas últimas constituían el objetivo específico de coleccionistas y buscadores de tesoros, los cuales comenzaron a despojar de sus objetos culturales a los países en los que las potencias imperiales intervenían (SALEM & CABRERA, 2021). Dichos objetos culturales empezaron a circular hacia Europa y pertenecían a sociedades distintas a la griega o la romana, consideradas ambas como la cuna del desarrollo civilizatorio de Occidente. Esa etapa previa habilitó la construcción de un paradigma de desarrollo cultural anterior y distinto al “modelo ario” que se instaló a partir de una consigna racista (BERNAL, 1987).

Como resultado, nacieron los EPOA, en el cruce entre la Arqueología y la Filología, los cuales trataron de dar respuestas no sólo al tránsito entre Asia/África y Europa de objetos culturales -devenidos en artefactos museológicos-, sino también de la existencia de una serie de desarrollos culturales anteriores a las sociedades

del Mediterráneo durante la época clásica. Este desarrollo previo comenzó a llamarse “Oriente”, un concepto polisémico desde lo geográfico, lo cronológico o, en términos generales, desde lo cultural, pero que sirvió como instrumento discursivo de hegemonía europea y a la vez para construir la identidad de Occidente (SAID, 1978). Asimismo, Oriente se transformó en sinónimo del mundo árabe, el Islam, pero también del conjunto de relatos que estaban cristalizados en el texto bíblico y fueron escenario de antiguas civilizaciones preclásicas, como la egipcia y la mesopotámica.

A partir de lo planteado hasta aquí, la presente comunicación apunta a la historiográfica en torno a los EPOA, en especial, por medio de la formulación de una Asiriografía y Egiptografía que habiliten la deconstrucción disciplinar de los mismos, retomando los debates teórico-metodológicos que han acontecido en el ámbito de las Humanidades. De esta manera, se busca resemantizar los EPOA y re-vincularlos con las Ciencias Humanas y Sociales, poniendo en cuestionamiento las lógicas colonialistas-eurocentradas, el anticuarismo y el coleccionismo que imperaron en el origen de los mismos, y que, de algún modo, subsisten en los mismo.

Para ello, ponderaremos las trayectorias académicas que se han dado en el Sur Global en torno a los EPOA, en particular, en el caso argentino, teniendo en cuenta cómo en torno a dos casas de altos estudios (la Universidad de Buenos Aires y la Universidad Nacional de La Plata) se institucionalizaron y profesionalizaron a través de los diálogos con prácticas museológicas (el Museo Etnográfico Juan B. Ambrosetti y el Museo de La Plata) y la formación de recursos humanos. En este

caso, consideraremos la trayectoria académica de Abraham Rosenvasser junto a su recorrido formativo, poniéndolo en diálogo con su contraparte en el caso de Brasil.

Discusión final

Como punto de articulación final, proponemos instaurar, a partir de los recorridos historiográficos de los intelectuales vinculados a los EPOA en el Sur Global, una deconstrucción de los mismos –en particular de la Asiriología y la Egiptología– que posibilite un diálogo genuino entre tres disciplinas: la Lingüística –y no una Filología de tipo decimonónica–, la Historia y la Arqueología –no anclada en la búsqueda del tesoro (Figura 1).

De esta forma, sostenemos una articulación entre las discusiones que se han dado en el ámbito de la Lingüística y la Semiótica, sobre todo en cuanto a lo referente a las prácticas discursivas, y, por otro, una Arqueología que no sólo aporte modelos específicos y técnicas de excavación sino que también instrumente recorridos teóricos que posibiliten la interpretación del pasado. Sumado a ambas, incluimos una Historia social que viabilice una diagramación historiográfica hacia el interior de los EPOA en Sudamérica, señalando no sólo una historia del campo de estudio, sino también los avances y retrocesos en cuanto a la problematización teórico-metodológica.

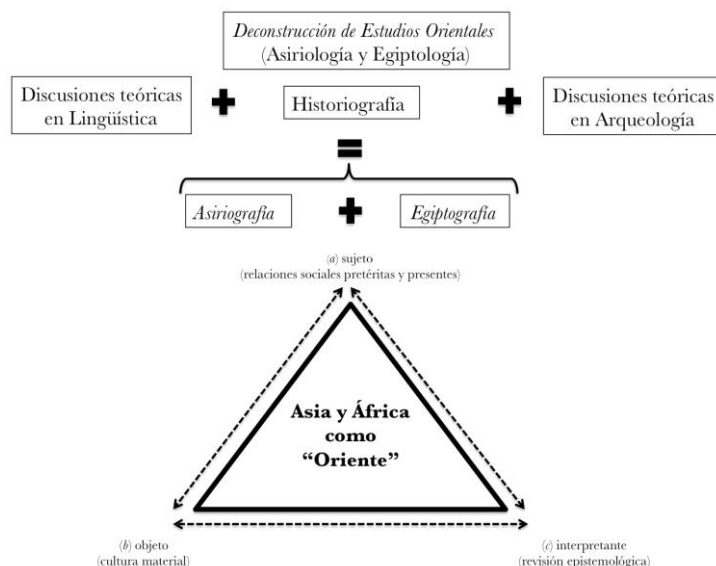


Figura 1. La articulación disciplinar de la Asiriología y la Egiptología

Por otra parte, creemos que nombres como Asiriología y/o Egiptología contribuyen ampliamente al propio aislamiento profesional y también disciplinar, es decir, operan en el establecimiento de un sitio hermético y aislado de algo que Almudena Hernando (2012) ha denominado como “fantasía de la individualidad” en su interpretación de las relaciones de género en el contexto de la modernidad. A propósito, tal como lo formula la autora en conexión a la necesidad imperiosa que poseen los hombres dentro del sistema patriarcal de mujeres que les provean vínculos psico-afectivos relacionales, las cuales se encuentran obviamente subordinadas en dicha lógica, lo mismo opera en términos científicos: existe una lógica patriarcal, eurocentrada y clasista que “fantasiosamente” opera en la exclusión de la Asiriología y la Egiptología del campo de las Humanidades.

Por ello, la Asiriología y la Egiptología deben ser conducidas amorosamente hacia el diván disciplinar y volver a estar reensambladas en el universo socio-

científico de las Humanidades. Ese reensamblaje tiene que implicar un viraje epistémico que permita deconstruir el “mito tenaz” (MORENO GARCÍA, 2015) (y colonial) que convirtió a Asia y África en el Oriente de Europa a través de mecanismos de despojo cultural y material, así como de prácticas discursivas hegemónicas. Al respecto, proponemos una revisión por medio del siguiente proceso semiótico de relaciones triádicas (Figura 1): (a) sujeto (relaciones pretéritas y futuras); (b) objeto (cultura material); y (c) interpretante (revisión epistemológica). De este modo, volveríamos a reensamblar los objetos culturales –hoy en día piezas museológicas– a sus vínculos de significación originaria, reconociendo que fueron elaborados por poblaciones humanas que, en casos reducidos, dejaron testimonios escritos, pero que ampliamente apelaron a la lógica de la oralidad. En esa interconexión entre sujeto/s y objeto/s, se torna más que necesaria la vigilancia y revisión epistemológica de los interpretantes, quienes debemos deconstruir las lógicas eurocentradas que fundamentan y estructuran los propios EPOA.

Como corolario, será tarea de la Asiriografía y la Egiptografía latinoamericanas volver a los cimientos locales de la construcción disciplinar, reconociendo las posibilidades de un ámbito de los EPOA que incluya discusiones teórico-metodológicas interdisciplinarias en pos de una afirmación y reconocimiento de las historias de Asia y África, y sus propias narrativas.

Referencias

ASSMANN, Jan. El lugar de Egipto en la historia de la memoria de Occidente. In: SCHRÖDER, Gerhart; BREUNINGER, Helga (comps.). *Teoría de la cultura*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2005. p. 54-74.

BERNAL, Martin. *Black Athena: the Afroasiatic roots of classical civilization*. Volume II: the archaeological and documentary evidence. New Brunswick: Rutgers University Press Classics, 1987.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia contemporánea de América latina*. Madrid: Alianza editorial, 1969.

HERNANDO, Almudena. *La fantasía de la individualidad*. Sobre la construcción sociohistórica del sujeto moderno. Madrid: Katz, 2012.

MORENO GARCÍA, Juan Carlos. Un mito tenaz: el Egipto antiguo o el paraíso perdido en la obra de los egiptólogos de finales del siglo XIX y comienzos del siglo XX. In: DA RIVA, Rocío; VIDAL, Jordi (eds.). *Descubriendo el Antiguo Oriente: pioneros y arqueólogos de Mesopotamia y Egipto a fines del s. XIX y principios del s. XX*. Barcelona: Bellaterra, 2015. p. 103-122.

SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Pantheon, 1978.

SALEM, Leila; CABRERA, Rodrigo. ¿Ciencias malditas? Asiriología y Egiptología: metáforas coloniales, objetos y museos en América del Sur. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, [S. l.], v. 29, p. 1-38, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29e49>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/>. Acesso em: 21 sep. 2021.

Deportações assírias e crise de imigração internacional: *imagens*

agentes como expressão de Memória Cultural

Assyrian deportations and the international immigration crisis: *agent images* as an expression of Cultural Memory

Ruan Kleberson Pereira da Silva¹

Assíria: guerras, deportações e estereótipos

A imagem da Assíria como uma “máquina de guerra” é uma das mais sólidas articulações elaboradas pela historiografia ao longo do tempo. A associação pejorativa do fenômeno da guerra na Assíria é tão marcante que chega (quase) a atingir o patamar de qualificador étnico deste povo. A formação desse arquétipo sobre a Assíria decorre de diversos fatores, começando pelo conjunto de fontes que serviram de base para a reconstrução do passado assírio: os autores clássicos, sobretudo gregos; e a tradição historiográfica deuteronomista. Soma-se a isso os discursos de alteridade elaborados por viajantes europeus que afluíram para o norte da Mesopotâmia e se depararam com províncias pobres e abandonadas (agrícola e industrialmente) no interior da dominação do Império Otomano, o que contribuiu consideravelmente para a produção de interpretações descontextualizadas e análises equivocadas ou mesmo tendenciosas sobre a Assíria, como parte das estratégias discursivas e de dominação da *estrutura orientalista* elaborada pelo Mundo Ocidental Moderno (FALES, 2010, p. 28; SILVA, 2016, p. 26-27).

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do MAAT - Núcleo de Estudos de História Antiga (UFRN). Contato: ruankpsilva@gmail.com.

Com as expedições arqueológicas francesas e inglesas, a quantidade massiva de objetos assírios nos acervos de museus nacionais europeus causou enorme fascínio popular, entusiasmo e o reconhecimento artístico-cultural da grandeza assíria, o que não impediu um julgamento crítico, com ênfase na “agressividade belicosa” e na “violência desumana” desse povo, marcando significativamente as primeiras décadas dos estudos em Assiriologia. Inclusive, historiadores ocidentais do início do século XX passaram a associar a Assíria Antiga a uma série de modelos e antecedentes do Império Otomano (FALES, 2010, p. 44): o passado foi revestido com roupagens do presente que, por sua vez, foi associado a reminiscências do passado geograficamente compartilhado. Emergiu, com isso, uma dupla construção de discursos de alteridade que, no presente, associou o Império Otomano ao passado assírio.

Não se pode deixar de mencionar, também, o espírito evocado pela Primeira Guerra Mundial e as atrocidades e operações militares cometidas de parte a parte. Nesse cenário, a opinião pública não tardou em associar a política de deportação praticada pelos turcos contra os armênios (ver *Imagem 1*) – novamente em virtude da coincidência geográfica – como uma “caminhada da morte” similar àquela praticada pelos assírios contra seus inimigos na Antiguidade (SILVA, 2016, p. 27-28).

Imagem 1: Armênios marchando longas distâncias onde seriam massacrados, 1915



Foto: AP Photo/G1.com

Embora seja verdade que a Assíria praticou guerras e deportações em massa de populações cativas, e embora seja igualmente verdade que otomanos e turcos também tenham feito o mesmo em períodos posteriores, associá-los de forma direta em virtude de uma coincidência geográfica, e como produto do Orientalismo perpetrado pelo Ocidente, acarreta análise alijadas, reducionistas e que não dão conta da complexidade de elementos que compõem tais eventos.

Recentemente, a crise de migração internacional que tem estampado capas de jornais e noticiários chama atenção para um problema de ordem geopolítica de primeira grandeza: o crescente número de indivíduos que, assolados pela fome e pela guerra, estão expropriados de seus países de origem. Novamente por aproximações geográficas e territoriais, o movimento das populações em cenários de guerra e a força impressionante que as imagens produzidas sobre esse fenômeno foram capazes de proporcionar, no passado e no presente, reacenderam o debate sobre a produção de

uma Memória Coletiva que formula a Assíria como lugar de violência. Diante disso, pretendemos lançar mão do estudo sobre a Assíria de modo que possa contribuir para o entendimento dos cenários de guerra, procurando mapear as relações de espaço, cultura e poder inerentes às imagens advindas desse contexto de produção, no passado e no presente.

Deportações assírias em contexto

É imprescindível ressaltar que o fenômeno da guerra nas sociedades orientais antigas foi diverso e variável, sujeito a conjunturas geográficas particulares, com povos distintos e suas prerrogativas, métodos e finalidades específicas expressas através de códigos sociais e culturais precisos, mesmo que tenham apresentado traços em comum (NADALI, 2015, p. 41). Para o caso assírio, as guerras funcionaram prioritariamente como operações defensivas ou preventivas destinadas a proteger o território de Assur dos inimigos potenciais, e assegurar a manutenção da autonomia das rotas comerciais (ROUX, 1987, p. 309-310), motivo pelo qual a guerra na Assíria deve ser considerada como um elemento dinâmico da economia do Império (NADALI, 2015, p. 49).

Deve-se considerar que a total destruição e criação de uma área deserta nos territórios inimigos – que conseqüentemente passariam ao domínio assírio – resultaria em uma inutilidade, do ponto de vista econômico: embora constituam casos de exceção, uma cidade capturada ser completamente destruída e abandonada possivelmente resultou em uma forte reação política que, a longo prazo, compensou a imediata perda econômica (NADALI, 2014, p. 102). Portanto, pode-se compreender

que deva ter havido diversos graus de autonomia em relação ao Império e, por outro lado, de continuidade do poder deste sob as regiões circundantes, o que teria resultado em uma variedade de níveis de controle imperial mediante a natureza e heterogeneidade territorial: a “geografia do poder” era variável e flexível conforme a aplicação dos métodos e usos do poder tanto no centro do Império, quanto nas zonas periféricas (PARKER, 2012, p. 139-140).

Diante disso, é importante argumentar que

as guerras atuaram como mecanismos socialmente conhecidos e culturalmente organizados, não sendo agentes causadores de destruição, mas sim organismos ordenadores: nessas lutas estava em jogo a manutenção da liberdade econômica, por meio da qual foram financiadas grandes obras arquitetônicas; a conservação da autonomia política e a defesa das fronteiras territoriais; e, sobretudo, a conservação da Ordem imperial e do Equilíbrio Cósmico (SILVA, 2016, p. 45).

Por conta de tamanha significação, o fenômeno da guerra praticada pelos assírios também encontrou larga expressão na confecção de relevos parietais em palácios imperiais neoassírios. Esses registros foram meios de expressões materiais que atendiam à premissa de serem suportes capazes de garantir a perenidade da mensagem que veiculavam por meio de uma sequência contínua de representações que, a partir do Período Médio Assírio (c. 1363-934 a.C.), constituíram uma narrativa que celebrava diversos aspectos que permeavam a ação da realeza (FALES, 2010, p. 58-62), o que incluía inegavelmente a prática da guerra.

O empreendimento recorrente de campanhas militares contra cidades e reinos inimigos acarretou o alargamento expressivo das fronteiras imperiais e a anexação de diversas cidades, o que implicou na prática de deportação em massa e

reassentamento das populações conquistadas, sobretudo a partir do reinado de Tiglath-Pileser III (c. 745-727 a.C.). Segundo Oded (1979, p. 33-63), é possível enumerar como razões para o empreendimento da deportação em massa como parte da estratégia imperial: a) meio de dissuasão de possíveis rebeliões; b) enfraquecimento das regiões conquistadas, permitindo o estabelecimento de uma eficiente organização administrativa assíria nas áreas ocupadas; c) criação de assentamentos estratégicos ao longo da fronteira assíria; d) crescimento exponencial do exército assírio, sobretudo da infantaria, com o recrutamento de deportados, garantindo a capacidade militar de suprimir rebeliões e conquistar nações invasoras; e) artesãos qualificados de nações conquistadas foram ocasionalmente trazidos à capital imperial, sendo colocados ao serviço do rei; e, f) (re)povoamento de cidades e aldeias recém-fundadas, estrategicamente localizadas entre grandes cidades ou postos militares. Cabe pontuar também que a construção de novas cidades, majoritariamente povoadas por deportados, abriu novas rotas de comércio, garantindo a segurança das rotas comerciais e efetivando a estratégia imperial de expansão política e econômica.

Imagem 2: Ataque assírio à cidade de Kipinu (?)



Relevo 5b, Sala B, Palácio Noroeste de Assurnasirpal II, em Calá, c. 884-859 a.C.

Fonte: British Museum.

Imagem 3: Procissão de cativos após ataque assírio à cidade de Astartu (?)



Detalhe de Relevô. Palácio Central de Tiglath-Pileser III, em Calá, c. 730-727 a.C.

Fonte: British Museum.

Portanto, as excursões e campanhas militares funcionaram também como processos de conquista, enquanto a prática da deportação simbolizava a estratégia de dominação da Assíria sob o mundo estrangeiro, reforçando a autoridade e a força da realeza (GELB, 1973). Desse modo, é recorrente o registro de estrangeiros sendo deportados em cenas de guerras assírias (ver *Imagem 2* e *Imagem 3*).

A representação da vitória militar - que tinha reverberações no campo político, econômico e religiosos - era fundamental na consolidação da imagem da realeza e no *status* imperial desempenhado pela Assíria. E, obviamente, esse tema acabou por ser amplamente desenvolvido no interior do esquema escultórico dos palácios assírios. Nele, a massa de pessoas deportadas e capturadas simbolizava a vitória e superioridade militar do exército assírio (NADALI, 2014, p. 102). Isso se deve ao fato de que, no plano da realidade material, as populações estrangeiras passavam a pertencer à nação vencedora, e o rei decidia seu destino (BACHELOT, 1991): poderiam ser deportados para dissolver os ânimos e prevenir revoltas; poderiam ser

mortos; oferecidos no templo; vendidos; atribuídos em trabalhos agrícolas ou de construção; usados como artesões; integrados no exército como mercenários ou na guarda pessoal do rei.

Assim, a deportação foi um empreendimento de larga escala, estruturado e organizado para que o sistema imperial assírio pudesse pacificar as populações insubmissas, potencializando o fluxo urbano e comercial, atribuindo papéis produtivos importantes aos grupos deportados, relegando diversos níveis de respeitabilidade aos grupos, como resposta ao trato dispensado à Assíria.

Crise de imigração internacional e a produção de *imagens agentes*

A crise de imigração internacional trouxe de volta à pauta a vinculação de problemas atuais a uma coincidência (ou aproximação) geográfica, o que acaba por nos levar a fazer uma ressalva importante: o espaço atua como um agente unificador de temporalidades distintas. Nesse sentido, a associação de imagens com a figuração da procissão de deportados (ver *Imagem 1* e *Imagem 3*) ou mesmo de crianças e mulheres deportadas (ver *Imagem 2* e *Imagem 4*) acabam por efetivar-se como *imagens agentes*, como uma forma de conexão de longa duração, como uma *memória cultural* dos gestos em cenários de crise.

Imagem 4: Mulher curda com criança nas ruínas de Kobane. Síria, 2015.



Foto: Yasin Akgul/AFP/Getty.

No caso assírio, as imagens são portadoras de uma dimensão de memória prospectiva, que projeta à frente as representações e as mensagens e significados das quais são portadoras. Desse modo, os relevos neoassírios se movimentam no tempo através da memória de sua audiência, o que garantia a perenidade de seus registros, dotando-os de magna importância (SILVA, 2016, p. 118). A partir disso, pode-se considerar as cenas esculpidas em palácios assírios como *imagens agentes*, na medida em que, por sua força impressiva, são inesquecíveis, sendo utilizadas como suporte memorativo de grande efeito (ASSMANN, 2011, p. 239). Paralelamente, as fotografias contemporâneas exercem a mesma função, projetando a memória de forma prospectiva - devido ao grande impacto que causam -, e também de forma retrospectiva, captando as reminiscências de memória de um passado distante no tempo.

Tais imagens conectam temporalidades e espacialidades distintas, mobilizam nossa sensibilidade e a perspectiva do olhar para analisar os diversos grupos

humanos, as diversas conjunturas a que estão sujeitos, a trama complexa de elementos que os compõem cotidianamente, e os fios de memória que tecem diante de si e diante do mundo, para registrar suas existências. É no fiar das memórias que acessamos o entendimento das problemáticas do passado, esperançosos por amainar minimamente o horizonte turvo e pouco auspicioso a que são submetidas as populações desterradas de imigrantes que se amontoam em diversas partes do mundo, à mercê da própria sorte e da esperança de um mundo de paz – que, oxalá, não tarde a chegar.

Que as imagens nos toquem, que nos impactem, e que sejam capazes de não nos fazer esquecer a necessidade de respeitar a dignidade da pessoa humana - seja ela vinculada a qual grupo identitário for -, bem como contribuir para a preservação da dignidade do patrimônio cultural assírio que se encontra sujeito às ameaças de degradação do tempo e, sobretudo, do homem.

Referências

ASSMANN, A. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2011.

BACHELOT, L. Fonction politique des reliefs néo-assyriens. In: CHARPIN, D.; JOANNES, F. *Marchands, Diplomates et Empereurs*. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 1991. p. 109-128.

FALES, F. M. *Guerre et Paix en Assyrie: Religion et impérialisme*. Paris: Éditions du Cerf, 2010. (Les conférences de l'École Pratique des Hautes Études; 2).

GELB, I. J. Prisoners of war in Early Mesopotamia. *Journal of Near Eastern Studies*, v. 32, n. 1/2, Chicago, 1973, p. 70-98.

NADALI, D. El poder de la Guerra: ¿es posible hablar de “cultura de la guerra” en el Cercano Oriente Antiguo? *Anuario Digital*, v. 27, n. 6, Universidad Nacional de Rosario, Maipú (Argentina), 2015, p. 39-50.

_____. The impact of war on Civilians in the Neo-Assyrian Period. In: NADALI, D.; VIDAL, J. (eds.). *The other face of the Battle: The impact of war on Civilians in the Ancient Near East*. Münster: Ugarit-Verlag, 2014, p. 101-111.

ODED, B. *Mass deportations and deportees in the Neo-Assyrian Empire*. Wiesbaden: Reichert, 1979.

PARKER, B. J. Geographies of Power: Territoriality and Empire during the Mesopotamian Iron Age. *Archaeological Papers of the American Anthropological Association*, v. 22, n. 1, 2012, p. 126-144.

ROUX, G. *Mesopotamia: Historia política, económica y cultural*. Madrid: Akal, 1987.

SILVA, R. K. P. da. *Guerra, soberania, ordem e equilíbrio cósmico: representações sociais em relevos neoassírios (884-727 a.C.)*. 1.v. Dissertação (Mestrado em História), Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

Posídon e a Identidade Talassocrática Ateniense: um deus marinho nas cerâmicas, na literatura e nos monumentos da *pólis* (V a.C.)

Poseidon and the Athenian Thalassocratic Identity: a sea god in ceramics, literature and monuments of the polis (V BC)

Vander Gabriel Camargo¹

O deus Posídon, filho de Crono e Réia e irmão de Zeus, Hades, Deméter, Hera e Héstia (Hesíodo, *Teogonia*, 453-458), assim como outras divindades do panteão grego, estava associado a diversas características e domínios de poder. Os atributos relacionados a sua figura iam desde a regência do ambiente marítimo até a associação com os cavalos e com os terremotos. Quando se observa a documentação grega do período Arcaico e Clássico, é possível perceber que em diferentes contextos, espaciais e temporais, destacavam-se determinados aspectos de sua personalidade. Na documentação proveniente da cidade de Atenas, verifica-se que a relação entre o deus e o mar é especialmente evidenciada nas cerâmicas, na literatura e nos monumentos edificadas durante o séc. V a.C. Qual poderia ser a razão desse fenômeno?

As políticas deliberadas em Atenas, no início do séc. V a.C., como a construção da frota de trirremes, a fortificação do porto do Pireu e a edificação de galpões para a

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica, pelo programa BIC/UFRGS, no projeto *Iconologia: Ciência da Cultura Guiada por Imagens*, orientado pelo prof. Dr. Francisco Marshall. Contato: vandergabriel2008@hotmail.com.

manutenção dos barcos, além de garantirem a vitórias navais nas Guerras Greco-Pérsicas, alteraram a relação da *pólis* com o ambiente marítimo, a cidade dos atenienses converte-se em uma potência naval e econômica. Conforme aponta Camila A. Jourdan, com o triunfo liderado por Temístocles na batalha de Salamina, ocorre a hegemonia de Atenas sobre o Egeu, o que condicionou uma maior produção de cerâmicas com cenas marítimas devido à aproximação da população com o mar em seu cotidiano (2015). Levando isso em consideração, defende-se que o mesmo processo, igualmente, contribuiu para influenciar os pintores e poetas a associarem Posídon ao elemento aquoso com maior frequência: para as cerâmicas, a maior inserção do deus em composições com animais marinhos, como no exemplar British 1873,0820.375 (**anexo I**); e nas tragédias, o uso de epítetos como *pontomédon*, regente do mar (Ésquilo, *Sete Contra Tebas*, v. 131).

O projeto marítimo ateniense, que se manifesta com a nova organização político-econômica da cidade, segundo indica Alair F. Duarte, contribui para a modificação do imaginário social de seus cidadãos e na formação de novos lugares de memória, entre eles o Pireu, que se desenvolve como espaço de atuação daqueles vinculados com a marinha ateniense e com o comércio através dos navios (2017). Conseqüentemente, a nova estrutura da *pólis* motiva a transformação da identidade étnica ateniense, sendo ela, conforme Jonathan Hall, “uma construção cultural, perpetuamente renovada e negociada por meio do discurso e da práxis social” (1997, p.19). Ademais, o autor comenta como os mitos atuam como artefatos cognitivos, fazendo parte das estratégias discursivas que ativamente estruturam a identidade étnica (*ibid.*, p.41).

Para o caso de Atenas, coloca-se em análise, portanto, o mito da disputa entre Atena e Posídon pela terra ática, visto que além de ser uma narrativa fundamental para a definição do grupo ateniense, pode demonstrar o imaginário social dos habitantes da cidade em relação ao “regente do mar” durante a talassocracia.

Atena e Posídon em Disputa

Apesar do mito ser mencionado em fontes literárias desde o séc. V a.C., é Pseudo-Apolodoro, no séc. II d.C., que apresenta a versão com maiores detalhes da narrativa. Segundo o mitógrafo, antes mesmo da cidade ser denominada Atenas, quando reinava Cécrops, as divindades estavam em busca de centros de culto. Com esse objetivo, Posídon chega na Ática e crava seu tridente na terra, gerando uma fonte de água salgada, e, posteriormente, chega Atena, a qual tomando como testemunha o rei local, cravou sua lança e gerou a primeira oliveira. Então, em disputa se colocam os deuses, sendo arbitrada por Zeus e julgada pelos doze deuses olímpicos, cuja decisão final favorece a deusa (Biblioteca, 3. 14. 1).

O mito da disputa entre as duas divindades explicava a especial relação entre a os atenienses e a deusa Atena, a qual torna-se a principal figura de culto e a protetora da localidade. Ao mesmo tempo, deixava implícito a rejeição da divindade dos mares. Para Marion Meyer, o conflito foi determinado através da escolha entre os presentes ofertados para a cidade, selecionando-se o mais benéfico para a mesma: a fonte de água salgada ou a oliveira (2018, p. 58). Corroborando com essa interpretação, Duarte evidencia que as divindades representariam dois grupos que entraram em confronto

pela hegemonia local, uma aristocracia fundiária (Atena) e outra mercantil/marítima (Posídon). A vitória de Atena refletiria o triunfo do grupo que pode trazer estabilidade à produção econômica da *pólis*, sendo através do trabalho do solo vinculado principalmente ao cultivo da **oliveira** (2017, p. 230).

Um entendimento semelhante relacionado ao mito é demonstrado pelo autor e biógrafo grego Plutarco, no séc. II d.C., quando trata sobre Temístocles em sua obra

Vidas Paralelas:

“Fez ele depois equipar e fortificar o porto do Pireu, considerando a conveniência do local para adaptar a cidade inteiramente à marinha. Nisso ele seguiu o conselho quase totalmente contrário ao dos antigos reis de Atenas, os quais, como se diz, tratando de subtrair seus homens à marinha para acostumá-los a viver sem frequentar o mar, plantando, semeando e lavrando diligentemente suas terras, inventaram e publicaram a fábula conhecida da deusa Palas segundo a qual disputando ela o padroado da Ática com Netuno (Posídon), produziu e mostrou aos juizes a oliveira, ganhando com isso seu processo (*Temístocles*, 19; trad. Paulo Edmur de Souza Queiroz).

Conforme a passagem de Plutarco, os antigos reis atenienses teriam utilizado do discurso mítico da disputa para identificar a cidade com os trabalhos agrários e, igualmente, a afastando do meio marítimo. Ao mesmo tempo, destaca que as ações do general grego Temístocles mudaram a relação de Atenas com o mar. De fato, foi ele o principal ator que incentivou o fortalecimento da zona portuária do Pireu e o uso dos recursos provenientes da mina de prata do Laurion para a construção das trirremes, ações que mesmo pautando-se na defesa da cidade e não no seu desenvolvimento econômico, contribuíram para a prosperidade mercantil da cidade (DUARTE, 2019, p.10-14).

Enquanto no período Arcaico, as bases econômicas estavam profundamente arraigadas na relação fundiária, soma-se ao cultivo da oliveira o vinhedo, no período Clássico, o desenvolvimento de um projeto marítimo favoreceu a exportação e importação de mercadorias, tornando o trabalho mercantil de grande importância para a cidade. Desse modo, já não faria sentido, no séc. V a.C., o desprezo pelo deus dos mares, visto que no imaginário dos atenienses, além do deus tê-los favorecido em Salamina, em 480 a.C., desde lá estaria sendo benéfico para a manutenção da hegemonia marítima ateniense. Portanto, nos seguintes tópicos se observará como a importância crescente de Posídon se manifesta nas cerâmicas, na literatura e nos monumentos da *pólis*, com enfoque no mito da disputa.

As Cerâmicas e o Mito da Disputa

Ainda que existam autoras que discordem quanto à existência de representações iconográficas do mito da disputa produzidas no séc. VI a.C. (DONALD, 1996, p.61; MEYER, 2017, p. 406), alguns estudos têm legitimado pensar uma série de pinturas sobre cerâmica como associadas à narrativa (MARX, 2011; MOORE, 2013; PUIG, 2015), são os seguintes exemplares: Louvre F25; Louvre MN36; Acrópole 1.923; Florence 379; Ashmolean 1929.19; Cabinet des Medailles 222; e Boston 01.8026. O padrão dessas composições é a inserção de Atena e Posídon (**anexo II**), frente-a-frente, com as armas voltadas para cima em situação pacífica, às vezes sozinhos, mas geralmente com outras figuras míticas incluídas. Identifica-se essa cena com o momento em que as divindades esperam a deliberação sobre a

vitória da disputa (MARX, 2011, p.33-34).

Entre o séc. V e início do IV a.C., um conjunto de sete cerâmicas apresentam inovações quanto à representação do mito. A primeira delas, Royaux A2989, produzida entre 490 - 480 a.C., ainda no contexto das guerras greco-pérsicas, apresenta um momento diferente da narrativa em sua pintura: trata-se do instante em que os deuses cravam suas armas no chão e fazem brotar seus presentes, um deles sendo aqui também representado, a oliveira. Já a fonte de água salgada de Posídon é evidenciada nas cerâmicas posteriores, ou com a inclusão de peixes próximos aos pés do deus (Athens 2.594, Pella 80.514, Hermitage KAB6A/ **anexo III** e Madri 11095), ou com a presença da rocha em que se apoia o deus (Baltimore 48.59), conforme apontou Francisca Ghedini (1983, p.12), ou por um signo semelhante a uma onda (Munich 6488), segundo menciona Patrícia Marx (2011 p.36).

Pode-se interpretar, quando são comparadas os dois grupos de cerâmicas, que a principal inovação é a inserção de signos que aludem aos presentes ofertados pelos deuses, o que faz sentido quando comparamos com a citação de Heródoto, o qual comenta sobre a existência das marcas da disputa - a oliveira e a fonte de água salgada - no santuário de Erecteu na Acrópole (*Histórias*, 8.55). A menção do historiador, datada entre 440 e 430 a.C., evidencia a importância atribuída a ambas as dádivas concedidas pelos deuses naquele contexto, tanto que passam a configurar no espaço sagrado da cidade, aparecendo nas pinturas igualmente. Assim, pode-se pensar num discurso de estreitamento dos laços e de apaziguamento entre Posídon, Atena e a própria cidade. Um dos exemplares mencionados, a hidria Pella 80.514,

colabora com essa interpretação, pois, além de representar a disputa entre os deuses e seus presentes, inclui a narrativa mítica consequência do episódio: a guerra entre Atenas e Elêusis.

A “Segunda Disputa” entre Atena e Posídon

Conforme o discurso *Panathenaicus* do orador Isócrates, durante o reinado de Erecteu, guerreiros vindos de Elêusis, liderados por Eumolpo, filho de Posídon, marcharam contra Atenas com o objetivo de instaurar o culto ao regente dos mares, justificando que ele teria chegado primeiro que a deusa no local (1.193). O desfecho do episódio é relatado na tragédia *Erecteu* de Eurípides: o rei ateniense assassina o Eumolpo, enfurecendo Posídon, o qual lança seu tridente contra Erecteu, também o matando. Assim, tentando encontrar uma solução para os conflitos, Atena propõe que o deus seja também cultuado na Acrópole junto da figura do falecido rei, o qual aceita, instaurando-se o culto a Posídon-Erecteu (frag. 369-370).

O mito da guerra entre Atenas e Elêusis pode ser observado como peça-chave para pensar a renovação da identidade étnica ateniense e a nova relação da cidade com o deus Posídon. As primeiras referências documentais a essa narrativa são do séc. V a.C., e nesse contexto, o episódio vai contribuir para contornar o desprezo da cidade em relação ao deus que é observado na disputa contra Atena, o transformando em uma das principais divindades, ao inseri-lo na Acrópole, através da trégua firmada entre ele e a deusa.

Posídon nos monumentos da *pólis*

Com os ânimos apaziguados por Atena, Posídon ganha um espaço no principal santuário da cidade, como observado acima, e como isso se manifesta na arqueologia? Entre 480 e 475, se tem a primeira evidência da presença do deus na Acrópole, uma dedicação ao deus, que ao se referir a ele como *pontomédon*, faz um agradecimento pela pesca bem-sucedida (RAUBITSCHEK, 1949, p.261). Algumas décadas depois, é possível detectar, com certeza, o culto do deus no local, através de uma epigrafia ofertada para Posídon-Erecteu, datada entre 460 e 450 a.C. (*ibid.*, p.412). Posteriormente, entre 421 e 405 a.C., é construído o templo Erecteion, abrigando em uma das suas salas o culto a essa figura. Associado ao templo, como citado anteriormente, estavam a oliveira e a fonte de água salgada, o qual também vai confirmar a presença do deus no local (Heródoto, *Histórias*, 8.55).

Ademais, Jacob Butera aponta que, após a batalha de Salamina, para além da instituição de um culto a Posídon, o templo do deus situado no promontório Sounion, santuário extra-urbano da cidade, é reconstruído por volta do ano 440 a.C., e no friso oeste do Partenon, produzido entre 437 e 432, a disputa entre Posídon e Atena é representada, na qual o deus é posicionado em centralidade (2010, p.88-108). Ambos os marcos na paisagem da cidade denotam a relevância do “regente do mar” no período e reforçaram a conexão da cidade com sua imagem.

Considerações Finais

Tendo em vista a contínua renovação da identidade dos grupos étnicos, as transformações na sociedade após as Guerras Greco-pérsicas contribuíram para a remodelagem do mito da disputa entre as duas divindades, mas especialmente a sua adaptação para o deus dos mares ser também aceito como uma das figuras que beneficia a cidade durante o regime talassocrático ateniense. Quanto às cerâmicas, as composições iconográficas do séc. V que representam a narrativa, evidenciam a fonte de água salgada de Posídon, a dádiva do “mar navegável” dada por ele à *pólis*. Soma-se a isso, a inserção da narrativa da guerra entre Elêusis e Atenas, que manifesta um discurso conciliatório entre as duas divindades, adequando-se ao contexto do sucesso naval ateniense. Por fim, devido à importância que o meio marítimo ganha no séc. V, a relação mais próxima com o deus Posídon também é materializada nos santuários e templos da paisagem urbana e extra-urbana.

Referências

BUTERA, Jacob. “*The Land of the Fine Triremes*”: Naval Identity and Polis Imaginary in 5th Century Athens Athens Tese (Doutorado em Filosofia), EUA, Duke University, 2010.

DONALD, Isabelle. *Athena and Poseidon: The Contest for Athens*. Tese (Doutorado em Filosofia), University of Alberta, Edmonton, 1996.

DUARTE, Alair Figueiredo. *Comparando Fronteiras terrestres e Fronteiras marítimas: a participação política e social dos thetes na pólis ateniense do século V a.C.*, 2017. Tese. (Doutorado em História Comparada) Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. pp. 175-246.

_____. Pireu: A “cidade-porto” da Atenas Clássica. In: *NEARCO*, Revista Eletrônica de Antiguidade, V. XII, Nº 2, pp.9-31, 2019.

ÉSQUILO. *Sete Contra Tebas*. Tradução, apresentação e notas de Marcus Mota.

Tese (Doutorado) . Universidade de Brasília, 2002.

EURIPIDES. *Fragments*. Tradução em Inglês por Christopher Collar e Martin Cropp. Loeb Classical Library, Harvard University Press. 2009.

GHEDINI, Francesca. *Il gruppo di Atena e Poseidon sull'Acropoli di Atene*. In: Rivista di Archeologia. vol. VII, pp. 12-36, 1983.

HERODOTO. *História*. Tradução em português por J. Brito Broca. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc., 1964.

ISOCRATES. *Speeches*. Isocrates with an English Translation in three volumes, by George Norlin, Ph.D., LL.D. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd. 1980.

JOURDAN, Camila A. *Métis: do reconhecimento do mar Mediterrâneo ao domínio do mar Egeu*. Dissertação (Mestrado). PPGH, UFF. Niterói, BR-RJ: 2015.

MARX, Patricia. Athens NM Acropolis 923 and the Contest between Athena and Poseidon for the Land of Attica. In: *Antike Kunst* 54, p.21-40, 2011.

MEYER, Marion. *Kult und Mythos auf der Akropolis bis in klassic zeit*. Wien: Phoibos Verlag, 2017.

MOORE, Mary. The Princeton Painter, Athena and Poseidon: Athens NM 923. In: *Antike Kunst* 56 Antike Kunst, p. 26-36, 6-7, 2013.

PLUTARCO. *As Vidas dos Homens Ilustres*. Tradução em português por Paulo Edmur de Souza Queiroz. São Paulo: Editora das Américas, 1959.

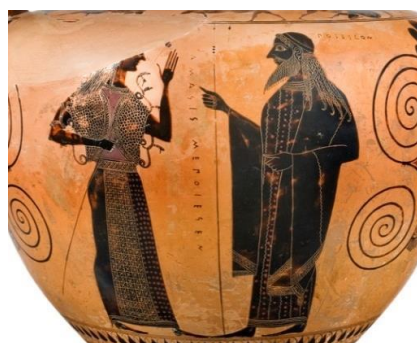
PUIG, Marie-Christine. A respeito de uma ânfora do Pintor de Amásis conservada no Cabinet des Médailles da Biblioteca Nacional da França, em Paris: três grandes divindades da Atenas arcaica. In: *Revista Tempo*, Vol. 21 n. 38, Dossiê 30, p.30-56, 2015.

RAUBITSCHKEK, A. *Dedications from the Athenian Akropolis: a catalogue of inscriptions of the sixth and fifth centuries B.C.*. Massachusetts: The Archeological Institute of America, 1949. p. 261-262.

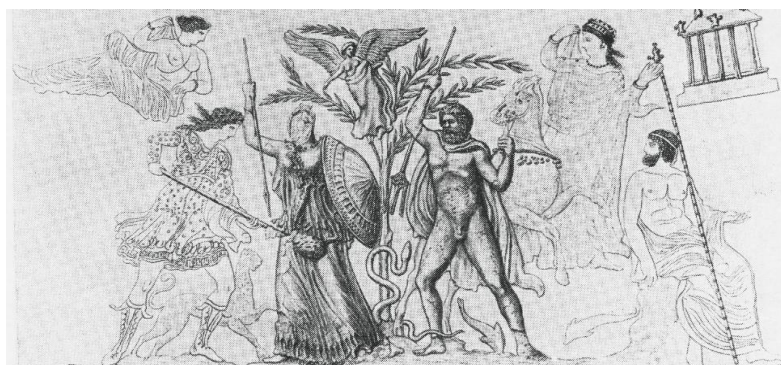
Anexos



Anexo I: British 1873,0820.375; Esquifo de Figuras Vermelhas; Hieron (ceramista) e Makron (pintor); 500-480 a.C.; Itália, Capua; Londres. Museu Britânico: 1873,0820.375. Licença Imagem: CC BY-NC-SA 4.0.



Anexo II: Cabinet des Medailles 222; Ânfora de Figuras Negras; Pintor de Amasis; c. 540; alt. 33 cm; Itália, Etrúria, Vulci; Paris, Cabinet des Medailles: 222. Imagem: © BnF / CNRS-Maison Archéologie et Ethnologie, Serge Oboukhoff.



Anexo III: Hermitage KAB6A; Hidria com pinturas em relevo; Grupo de Apollonia; 360-340 a.C.; St. Petersburg, State Hermitage Museum: KAB6A. Imagem: © The State Hermitage Museum, St. Petersburg.

O Egito do Reino Antigo Tardio: o que nos dizem as fontes biográficas?

Late Old Kingdom Egypt: what do biographical sources tell us?

Wellington Rafael Balém¹

Introdução

Nesse trabalho discutimos alguns aspectos do “biográfico” a partir da experiência histórica de indivíduos do Egito do Reino Antigo Tardio (especificamente nos séculos 24 e 23 AEC). Nesse período, é perceptível o aumento de certas expressões de individualidade, materializadas na decoração de algumas tumbas privadas nos cemitérios reais e provincianos. Tal flagrante documental evidencia que não apenas o rígido cânone do programa decorativo da tumba era fundamental como forma de distinção social na vida e no pós-vida, como também os aspectos singulares ou biográficos, introduzidos, muitas vezes, de forma discreta. O questionamento que buscamos explorar é em que medida as fontes biográficas egípcias em geral, e as autobiografias funerárias em particular, referem-se à trajetória dos indivíduos cujas vidas (ou pós-vida) tematizam.

Para isso vamos tomar como exemplo os textos epigráficos das autobiografias funerárias, assim como episódios das trajetórias de vida, de dois oficiais de alta

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), Pesquisador do Laboratório de Estudos da Antiguidade Oriental (LEAO) e Bolsista CAPES. Contato: wrbalem@gmail.com.

hierarquia que viveram durante o Reino Antigo Tardio: Weni e Harkhuf, cujas tumbas foram construídas no Alto Egito, em Abidos e e Qubbet el-Hawa, respectivamente. Segundo a autobiografia e também alguns documentos externos a ela, Weni iniciou sua carreira na administração do Estado ainda bastante jovem, servindo aos reis Teti, Pepi I e Merenra I. Atuou em assuntos de ordem logística, sacerdotal, judiciária, investigativa, militar, terminando sua vida em postos elevados da administração regional. Já a autobiografia de Harkhuf, contemporâneo ao personagem anterior, indica que ele sobreviveu até a infância de Pepi II. A inscrição o mostra menos como um funcionário burocrático e mais como um cortesão viajante, que atuava constantemente em expedições ao estrangeiro em assuntos comerciais, diplomáticos e militares, responsabilizando por trazer produtos considerados exóticos para o deleite do rei.

Embora tenha ficado em segundo plano por muito tempo, a experiência do sujeito tem despertado interesse nas Ciências Humanas, especialmente com a introdução de debates em torno do pós-estruturalismo, do pós-colonialismo e dos debates ético-políticos. Nesse contexto, a biografia histórica não apenas avançou muito, como tem dado contribuições relevantes às próprias Humanidades (AVELAR; SCHMIDT, 2012; 2018). Mas, na Egíptologia, essa discussão ainda está por ser feita. Tradicionalmente, as biografias ou autobiografias foram tratadas como gênero textual, como literatura, ou como prática funerária. Raramente foram pensadas como fontes biográficas ou trajetórias de pessoas. E agora emerge o desafio de se fazer outra coisa utilizando o mesmo nome, ou criar novos nomes para coisas diferentes.

Conjuntamente, é preciso deixar que as experiências egípcias da antiguidade nos deem subsídios para repensar as categorias do campo biográfico e da História.

No final do Reino Antigo, gradativamente, os textos biográficos padronizados e formais passaram a incorporar os elementos de idealização dos funcionários e de episódios importantes de suas carreiras (STRUDWICK, 2006, p. 42-46). Isso ocorreu em um cenário de transformações políticas e na religiosidade funerária da elite, além de possuir variações regionais. Não se pode perder de vista que as autobiografias faziam parte do ambiente funerário e não tinham a pretensão de serem relatos da totalidade da vida do sujeito. Elas, ao contrário, narram apenas os aspectos fragmentários, idealizados e ritualizados, que fizessem parte da permanente recriação da ordem, chamada pelos egípcios de *maat*. Falhas, defeitos, derrotas, desastres não eram citados pois estavam relacionados com o caos, *isefet*, que não poderia ser eternizado na tumba e nem na memória. Dessa forma, as autobiografias funerárias são tão fontes biográficas quanto qualquer outro documento do mundo egípcio.

As fórmulas de oferendas e as titulaturas

A fórmula de oferenda era empregada não apenas em autobiografias, mas em estelas e diversos outros contextos textuais e funerários. Elas são identificadas através do uso da expressão *ḥtp-dj-nsw(t)*, que pode ser traduzida do egípcio como “uma oferenda que o rei dá”. Segundo Lichtheim (1973, p. 2-3) é um arcaísmo da oralidade, de uma época imemorial em que o rei fornecia pessoalmente as oferendas às tumbas de seus dignatários preferidos como forma de distinção social. Mas desde o Reino Antigo, quando passaram a ser escritas, as fórmulas adquiriram o caráter

ritualístico de evocar as oferendas para o culto funerário do morto, especialmente porque a interrupção das oferendas em espécie era uma possibilidade concreta e um temor recorrente. Um exemplo é a fórmula de oferenda da autobiografia de Weni (STRUDWICK, 2005, p. 352):

Uma oferenda que o rei dá; que a fórmula de oferenda possa ser feita por ele em cada dia de festivais de oferendas; milhares de pães, milhares de jarros de cerveja, milhares de cabeças de gado, milhares de cabeças de órix, milhares de gansos *tjerep*, milhares de gansos *te* (...), milhares de vasos de alabastro, milhares de cortes de tecido.

A fórmula *h̄tp-dj-nsw(t)* também era um método utilizado pelos proprietários das tumbas para demonstrar sua proximidade com o rei, e que cumpriram o decoro relacional que lhes garante a continuidade da vida (ALLEN, 2006, p. 13). A fórmula de oferenda, não tinha eficácia somente em relação à religiosidade funerária. Antes de morrer, o indivíduo estava vivo. Como sabemos, o processo de produção de uma tumba privada demandava recursos e tempo. No Reino Antigo Tardio, a obtenção de uma tumba exigia, em maior ou menor grau, uma autorização régia. Dessa forma, podemos afirmar que o indivíduo gozava, ainda em vida, do poder e do privilégio de uso da fórmula funerária *h̄tp-dj-nsw(t)* (ALLEN, 2006). Ao mesmo tempo que a fórmula era produzida por determinadas relações sociais, ela tinha o poder de legitimar e produzir outras, inclusive no pós-vida. De um lado essa autorização poderia chegar através da posição hereditária, um prestígio herdado ou uma “herança imaterial”, para usar a expressão de Giovanni Levi. Mas, por outro, o indivíduo também precisava lidar com a contingência e garantir a manutenção do vínculo de proximidade e reciprocidade no interior de seus grupos e com o rei – e, nas sombras, com os

potenciais sucessores, mesmo que pertencessem a facções rivais. Afinal a documentação nos mostra que não há motivos para pensarmos na corte egípcia como um cenário livre de tensões e conchavos.

De modo similar operavam as titulaturas. No final do Reino Antigo, os cargos atribuídos aos mortos em documentos biográficos eram muito mais títulos honoríficos do que funções desempenhadas ou posições na hierarquia. Como explicou João:

o fato de titulaturas diferentes representarem cargos similares ajuda a comprovar a hipótese de que a estrutura administrativa egípcia funcionava com muito menos rigidez e mais flexibilidade do que normalmente se atribui a ela (JOÃO, 2015, p. 164).

No caso da biografia de Harkhuf (STRUDWICK, 2005, p. 328-333), não é consenso que ele tenha sido um nome de fato, e sim um viajante ou expedicionário a serviço da Residência. Além disso, o autor do documento, que não era necessariamente o morto, poderia utilizar-se de recursos retóricos e estilísticos para evidenciar qualidades pessoais através dos títulos. Um exemplo clássico é a biografia de Weni (STRUDWICK, 2005, p. 352-357), na qual é narrado como ele, mesmo em posições de aparente baixa hierarquia, gozava da confiança do faraó a ponto de investigar e julgar uma conspiração orquestrada pela rainha, e até a estar à frente de expedições militares contra povos estrangeiros.

Outros flagrantes biográficos

Na biografia de Harkhuf, e nas de vários de seus contemporâneos, são evocados episódios como “eu alimentei os famintos, vesti o desnudo, dei funeral a quem não teve descendentes” (SIMPSON, 2003, p. 408). A forma na qual esses

trechos foram escritos é similar em diversas tumbas. Considera-se, assim, que sejam muito mais parte do protocolo funerário, do que formas de demonstração de poder, de patronato, ou relatos de acontecimentos da vida dos indivíduos. Seriam uma forma de demonstrar magicamente, em diálogo com o discurso funerário da elite e do Estado, as virtudes que os donos das tumbas tiveram, gostariam de ter tido ou que pretendiam ter no pós-vida. Uma vez realizado o ato protocolar de inscrição e decoração da tumba, não havia contradição flagrante na possibilidade de o indivíduo ter feito ou não o que disse que fez, nem de apresentar ou não as virtudes mencionadas. Um dos flagrantes biográficos, no caso de Harkhuf, é que ele e sua família quiseram ou foram constrangidos a cumprir o protocolo, o que os inscrevem nas relações de poder e de interesse de seu tempo e espaço, que liga as elites de Assuã e de Mênfis na época.

Além dos episódios ritualísticos, de caráter mais geral, de maior aderência ao protocolo da religiosidade funerária e de suas implicações políticas, há também episódios que, embora não possam ser comprovados através de outras fontes, que não a própria autobiografia, podem ser considerados verossímeis. O mesmo Harkhuf é conhecido pela egiptologia pelas suas diversas viagens à Núbia (SIMPSON, 2003, p. 409):

A Majestade de Merenre, meu senhor, enviou-me ao lam junto com meu pai, o Companheiro Único Iri, para abrir os caminhos para esta terra estrangeira. Eu concluí esse trabalho em sete meses, trazendo de lá todos os tributos preciosos e raros. Fui muito recompensado por isso.

Os detalhes desta e de outras viagens bem-sucedidas narradas pelo personagem dão conta da descrição de expedições bastante plausíveis, que nos

permitem compreender aspectos otimistas do cotidiano desse tipo de empreitada. Em uma das mais famosas viagens, narrada ao final da inscrição biográfica, é reproduzida uma carta enviada a Harkhuf pelo rei Pepi II, um menino na época, em que o soberano ordena que seja garantido o bem-estar – entenda-se que fosse vigiada – de uma pessoa a bordo, e que estava sendo deportada à corte para entreter o rei. Além disso, é preciso ter em mente que as campanhas que não trouxeram os resultados esperados pelo faraonato, que foram consideradas menos importantes pelo dono da tumba ou que podem ter ocasionado punições, não eram matéria de perpetuação funerária e foram deliberadamente silenciadas e esquecidas. Podemos deduzir que houveram fracassos nessas viagens porque seria ingenuidade pensar que todas foram bem-sucedidas.

São muito raros os acontecimentos que podem ser direto ou indiretamente cotejados com fontes fora das autobiografias. Não se trata de comprovar, mas de comparar ou confrontar, já que fontes diferentes possuíam discursos, sentidos e objetivos diferentes, o que implicava em enunciações e omissões específicas. Um desses casos é o de Weni, cuja atuação nas teias da administração do Estado é atestada em um decreto de Pepi I em Dashur, em uma inscrição de Merenre, e outros documentos, além de haver resquícios de alguns canais de irrigação que teriam sido construídos por ele no sul do Egito (STRUDWICK, 2005). Talvez melhor do que comprovação, tais documentos externos ao texto autobiográfico possam ser considerados testemunhos que nos ajudam a triangular os rumos que tiveram algumas trajetórias.

Considerações finais

Diante do exposto, podemos elaborar três considerações: 1) Para poder escrever a história de um personagem do Egito do Reino Antigo Tardio é preciso ter em mente que a História não é o passado, mas uma representação contemporânea do passado no presente, a partir de nossas preocupações atuais, uma delas a experiência de sujeito em sua representatividade, diferença e complexidade em relação ao seu mundo. 2) Os elementos simbólicos ou da religiosidade funerária nas autobiografias são tão relevantes quanto os episódios biográficos. Eles também se referem à trajetória de seus personagens, não apenas na medida em que construir e equipar a tumba era um processo feito durante a vida, mas porque esse processo é derivado de diversas relações de poder menos ou mais identificáveis ao longo da vida do sujeito. Dessa forma explorar o processo de produção da tumba também é revelador de informação biográfica. 3) Embora as autobiografias funerárias, chamadas assim pela egiptologia e não pelos egípcios antigos, não tenham sido criadas com fins biográficos, e sim memoriais e funerários, elas eventualmente traem sua função e revelam, com efeito, alguns elementos que podem alimentar a escrita da História.

Referências

ALLEN, James P. Some aspects of the non-royal afterlife in the Old Kingdom. In: BÁRTA, Miroslav (ed). *The Old Kingdom Art and Archaeology*. Praga: Academy of Science of the Czech Republic, 2006.

AVELAR, Alexandre Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). *Grafia da Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

AVELAR, Alexandre Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

JOÃO, Maria Thereza David. *Estado e elites locais no Egito do final do III milênio a.C.* 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LICHTHEIM, Mirian. *Ancient Egyptian Literature: The Old and Middle Kingdoms*. Berkeley, 1973, v.1.

SIMPSON, William Kelly. *The Literature of Ancient Egypt: an anthology of stories, instructions, stelae, autobiographies, and poetry*. New Heaven: Yale University, 2003.

STRUDWICK, Nigel. *Texts from the Pyramid Age*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2005.